

# BATALHA boletim digital

Nº20 // junho de 2016 // ISSN 2183-2315



AVISOS / DESPACHOS  
EDITAIS / REGIMENTOS

Avisos.....	3
Despachos.....	29
Editais.....	29

## MUNICÍPIO DA BATALHA

### Aviso

Designação de Chefe de Divisão da DOTOM – Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau

Decorridos os trâmites do procedimento concursal para provimento de um cargo de Chefe de Divisão de Ordenamento do Território e Obras Municipais, aberto por aviso publicado no Diário da República, IIª Série, nº 52, de 15 de março de 2016 e na Bolsa de Emprego Público sob aviso com a referência nº OE201603/0215, conforme previsto no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, faz-se público que foi nomeado, por meu despacho de 2016/06/23, para o cargo de Chefe de Divisão de Ordenamento do Território e Obras Municipais, pelo período de 3 anos, Rui Manuel Gouveia Dias Ferreira, cujo conteúdo se transcreve:

- Assegurar a gestão e direção de pessoal; organizar as atividades e executar os atos deliberativos dos órgãos da câmara municipal dirigidos à divisão administrativa; coordenar e acompanhar os instrumentos de planeamento e de gestão da divisão; zelar pela correta execução das atribuições da unidade orgânica; fiscalizar e acompanhar medidas de planeamento e instrumentos de ordenamento do território aplicáveis ao Concelho da Batalha; acompanhar processos de licenciamento de obras particulares e procedimentos de concurso de obras municipais em regime de empreitada; dirigir e fiscalizar obras municipais; dar cumprimento às demais competências atribuídas ao cargo de dirigente.

Considerando que,

O candidato revelou possuir desenvolvidas capacidades de análise, de síntese e abordagem profunda das questões que lhe foram colocadas. Acresce que quando confrontado com questões relacionadas com motivação, demonstrou possuir aptidão para dirigir e coordenar toda a atividade e serviços da unidade orgânica de Ordenamento do Território e Obras Municipais. Revelou ainda boa capacidade de relacionamento, facilidade de expressão e fluências verbais, através de intervenções oportunas, pelo que demonstra o perfil e a experiência adequados ao desenvolvimento do cargo a prover, na qualidade de Chefe de Divisão;

No uso da competência conferida ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, determino:

1 - A nomeação, em regime de comissão de serviço, do candidato Rui Manuel Gouveia Dias Ferreira.  
2 - Nos termos do n.º 10 da supra citada lei o provimento produz efeitos a 01 de julho de 2016. A aceitação da nomeação só terá lugar após a publicação no Diário da República do aviso de nomeação.

Sinopse Curricular

Dados Pessoais:

Nome: Rui Manuel Gouveia Dias Ferreira

Nacionalidade: Portuguesa

Data de nascimento: 10-03-1963

Habilitações Académicas e Formação Complementar mais relevante:

Licenciatura em Engenharia Civil

Curso "Gestão Pública na Administração Local (GEPAL)" (FCEFA)

Experiência Profissional mais relevante:

Chefe da Divisão de Obras Municipais (desde 01 de outubro de 1998 a 01 de janeiro de 2013);

Chefe de Divisão de Ordenamento do Território e Obras Municipais (desde 02 de janeiro de 2013).

Paços do Concelho da Batalha, 23 de junho de 2016

O Presidente Câmara Municipal da Batalha,  
a) Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos.

## MUNICÍPIO DA BATALHA

### Aviso

Regulamento Municipal de Operações Urbanísticas (RMOU)

Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos, Presidente da Câmara Municipal da Batalha, torna público, para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que foi dado cumprimento ao disposto nos n.ºs 1 e 2 do citado artigo, não tendo sido registadas quaisquer reclamações/sugestões à proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Operações Urbanísticas (RMOU), publicitado no Boletim Municipal Digital, publicado no site oficial do Município da Batalha, em [http://www.cm-batalha.pt/docs/documents/boletim\\_n18\\_abril2016.pdf](http://www.cm-batalha.pt/docs/documents/boletim_n18_abril2016.pdf) e na Internet, no sítio Institucional do Município. O Regulamento ora mencionado foi aprovado definitivamente pela Assembleia Municipal realizada em 29/06/2016 (ponto 14), sob proposta da Câmara Municipal em reunião ordinária em 20/06/2016, conforme deliberação n.º 2016/0296/G.A.P.

Paços do Concelho da Batalha, 30 de junho de 2016

O Presidente Câmara Municipal da Batalha,  
a) Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos.

Regulamento Municipal de Operações Urbanísticas (RMOU)

Nota Justificativa

Encontra-se em vigor o Regulamento Municipal de Operações Urbanísticas (RMOU), publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 51, de 14 de março de 2011.

Com a recente publicação do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que procede à 13.ª alteração ao Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro e do Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de outubro, bem como com a entrada em vigor da 1.ª revisão ao Plano Diretor Municipal da Batalha (PDM), publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 168, de 28 de agosto, sob o Aviso n.º 9808/2015, impõe -se a adequação do presente regulamento a este novo contexto.

Neste sentido, importa, por isso, adequar o RMOU, integrando as alterações previstas pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, aproveitando a oportunidade para corrigir meras imprecisões que se constata existirem no regulamento em causa.

A adequação, como as correções, infra relacionadas, que agora são feitas ao Regulamento Municipal, deixam inalterada a tabela de taxas com ele conexas e que faz parte integrante do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais.

O projeto da alteração ao Regulamento Municipal de Operações Urbanísticas (RMOU) foi submetido a consulta pública, para recolha de sugestões pelo período de 30 dias úteis, tendo sido publicitado no site oficial do Município da Batalha e no Boletim Municipal Digital, em [http://www.cm-batalha.pt/docs/documents/boletim\\_n18\\_abril2016.pdf](http://www.cm-batalha.pt/docs/documents/boletim_n18_abril2016.pdf), dando-se assim cumprimento ao estatuído no artigo 101.º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

Nos termos e para os efeitos do estatuído no artigo

139.º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), conjugado com o preceituado no n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, publica-se na íntegra o referido Regulamento.

Regulamento Municipal de Operações Urbanísticas (RMOU)

Artigo 1.º

Âmbito e objeto

1 — O presente Regulamento é aplicável a todo o Município da Batalha

2 — O presente Regulamento estabelece princípios aplicáveis à atividade da urbanização e da edificação, as regras gerais referentes às taxas devidas pela realização de operações urbanísticas, pela emissão de alvarás e admissão de comunicação prévia, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas, bem como às compensações e cedências a efetuar ao Município.

Artigo 2.º

Definições

1 — Para efeitos do presente Regulamento, entende-se por:

a) Aglomerado Urbano: conjunto coerente e articulado de edificações multifuncionais, desenvolvido segundo uma rede viária estruturante, que dispõe de todas ou quase todas as infra -estruturas urbanísticas básicas, a que corresponde um nome ou designação de lugar, constantes do apuramento efetuado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) (2001);

b) Afastamento posterior: considera -se o afastamento da edificação no alçado oposto ao acesso à via pública ou arruamento público;

c) Alpendre: coberto saliente da edificação, normalmente, suspenso por colunas, ao nível do solo;

d) Alteração de uso: considera -se alteração de uso, quando a atividade corresponde a uma secção de Classificação da Atividade Económica (CAE) diferente, ou quando o uso esteja legislado por normas legais ou regulamentares diferentes do pedido inicial;

e) Altura: dimensão de qualquer edificação ou elemento medida na perpendicular desde a extremidade inferior do terreno até ao cimo da cobertura;

f) Anexo: construção destinada ao uso complementar da construção principal, nomeadamente garagens, arrumos ou apoio à fruição do respetivo logradouro, não constituindo unidade funcional ou título de propriedade autónomo;

g) Área de impermeabilização: valor numérico expresso em m2, resultante do somatório da área de implantação das construções de qualquer tipo e das áreas de solos pavimentados com materiais impermeáveis ou que propiciem o mesmo efeito, designadamente, em arruamentos, estacionamentos, equipamentos desportivos e logradouros;

h) Arruamento ou rua: zona de circulação, podendo ser qualificado como automóvel, ciclável e pedonal ou misto, conforme o tipo de utilização. Inclui a(s) via(s) de tráfego, zonas de estacionamento, passeios, bermas, separadores ou áreas ajardinadas ao longo das faixas de rodagem;

i) Baía de estacionamento: espaço destinado ao estacionamento de veículos, situado ao longo de um arruamento e a ele adjacente;

j) Beirado: parte do telhado saliente até 0,80 metros da parede da edificação;

k) Corpo balanceado: elemento construído, habitável, avançado relativamente aos planos das fachadas de um edifício;

l) Cota de soleira: demarcação altimétrica do nível do pavimento na entrada principal do edifício;

m) Edifícios contíguos e funcionalmente ligados: edifícios que possuam espaços de utilização comum, que todos utilizam para aceder à sua fracção, designadamente, estacionamento coberto

comum, portaria comum, átrio comum, ou outros devidamente identificados;

n) Envolvente: porção de espaço, construído ou não, que rodeia ou envolve um monumento, edifício, conjunto de edifícios, espaços ou localidades;

o) Estudo urbanístico: proposta desenhada de ocupação do solo que, na ausência de planos de urbanização ou de pormenor, integra os projetos de operações urbanísticas;

p) Faixa de rodagem: parte do arruamento constituída por uma ou mais vias de tráfego;

q) Frente urbana: extensão definida pelo conjunto das fachadas dos edifícios confinantes com uma dada via pública e compreendida entre dois arruamentos sucessivos que nela concorrem;

r) Infra-estruturas gerais: as que tendo um carácter estruturante servem, ou visam servir, mais que uma operação urbanística;

s) Infra-estruturas locais: as que se inserem dentro da área objeto da operação urbanística e decorrem diretamente desta e ainda as de ligação às infra-estruturas gerais, da responsabilidade do promotor da operação urbanística;

t) Obras de reconstrução obras de construção subsequentes à demolição, total ou parcial, de uma edificação existente, das quais resulte a reconstituição da estrutura das fachadas», as quais estão genericamente sujeitas ao procedimento de comunicação prévia.

u) Obras em estado avançado de execução: considera-se, para os efeitos previstos no regulamento do RJUE, aquelas que:

No caso de edificações tenham a estrutura de betão armado concluída e falte concluir pinturas e limpezas no interior dos edifícios, arranjos dos logradouros e de espaços públicos adjacentes ao edifício ou lote;

No caso de obras de urbanização só faltem executar as pavimentações;

v) Obras em fase de acabamentos: aquelas que, no caso das obras de urbanização, apenas falte executar as pavimentações dos passeios, no caso das edificações, apenas falte executar as pinturas e acabamentos interiores;

w) Parcela: terreno legalmente constituído, correspondente a uma unidade registral e matricial ou cadastral, confinante com via pública, em qualquer caso destinado a uma só edificação. Pode haver mais de uma edificação, se existir relação funcional entre si.

x) Saliências: elementos construídos ou equipamentos que colocados no paramento de uma parede são salientes relativamente ao plano da fachada;

y) Telas finais: peças escritas e desenhadas que correspondam, em rigor, à obra executada;

z) Terraço: plataforma constituída por uma laje, que tem um espaço ocupado por baixo, limitada por guardas na sua periferia;

aa) Unidade de ocupação: edifício ou parte de edificação, destinada a comércio, habitação ou outros, com saída própria para uma parte comum da edificação, logradouro ou via pública;

bb) Unidade funcional: cada um dos espaços de um edifício, associado a uma determinada utilização, agregando os lugares de estacionamento privado, os arrumos ou outros elementos, não autonomizáveis, que prolonguem e complementam essa utilização;

cc) Vão: abertura numa fachada com mais de 15 cm de largura e 15 cm de altura;

dd) Varanda: espaço total ou parcialmente aberto, adjacente aos compartimentos interiores de um edifício e complementares do uso daqueles, com piso sobrelevado em relação ao solo, com parapeito, peitoril ou guarda de proteção;

ee) Zona de visibilidade: considera-se zona de visibilidade as áreas definidas conforme artigo 58.º da Lei n.º 2110, de 19 Agosto de 1961.

2 — Para as demais definições não abrangidas

pelo número anterior, são consideradas as definições constantes da publicação de organismo da administração central competente na área do planeamento territorial, nomeadamente os conceitos técnicos constantes do Decreto Regulamentar n.º 9/2009, de 29 de Maio.

## CAPÍTULO II

### Procedimentos

#### Artigo 3.º

##### Instrução do pedido

1 — O pedido de informação prévia, comunicação prévia, autorização e licença relativo a operações urbanísticas obedece ao disposto nos artigos 8.º, 8.º-A e 9.º do Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de outubro, e é instruído com os elementos instrutórios referidos nos artigos seguintes daquele diploma.

2 — Nos termos do art.º artigo 8.º - A do RJUE, os pedidos devem ser entregues através de plataforma eletrónica, nos termos a regulamentar em portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da modernização administrativa, das autarquias locais e do ordenamento do território, ou com recurso a outros suportes digitais, ou papel, nas situações de inexistência ou indisponibilidade do sistema informático.

3- A instrução dos pedidos abrangidos pelo disposto no Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril (iniciativa «Licenciamento Zero»), com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei 10/2015 de 16 de janeiro, deve cumprir com as normas disponibilizadas no Portal da Empresa e os pedidos devem ser entregues através do portal do licenciamento zero ou através do atendimento presencial na Câmara Municipal da Batalha.

#### Artigo 4.º

##### Requerimento

Os pedidos são formulados mediante a apresentação de requerimento, nos termos do artigo anterior que deve conter, designadamente:

- A indicação do órgão administrativo a que se dirige;
- A identificação do requerente ou comunicante, pela indicação do nome, número de contribuinte, residência ou sede, número de bilhete de identidade, data e respetivo serviço emissor;
- A qualidade do requerente ou comunicante;
- A indicação da pretensão, em termos claros e precisos;
- O tipo de operação urbanística conforme o disposto no artigo 2.º do Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de Outubro;
- A localização;
- O endereço eletrónico e telefone de contacto.

#### Artigo 5.º

##### Autores dos projetos

1 — Os projetos relativos a operações urbanísticas devem ser elaborados por técnicos que tenham, segundo a legislação em vigor, qualificação para o efeito.

2 — Os técnicos autores de projetos devem elaborá-los obedecendo às normas técnicas e disposições regulamentares em vigor, tanto as de âmbito nacional, como as específicas deste município.

#### Artigo 6.º

##### Normas de apresentação dos projetos

1 — As peças escritas e desenhadas devem ser numeradas e ordenadas e incluir um índice que refira o número de páginas e documento apresentados.

2 — Todas as peças escritas e desenhadas devem ser datadas.

3 — As escalas indicadas nos desenhos não dispensam a cotagem.

4 — Em desenhos de alteração e sobreposição (plantas e alçados) devem ser representados:

a) A preto, os elementos a conservar;

b) A vermelho, os elementos a construir;

c) A amarelo ou azul, os elementos a demolir.

d) A roxo, os elementos existentes não licenciados.

5 — Não se aceitam peças rasuradas.

#### Artigo 7.º

##### Normas para apresentação de ficheiros

1 — A instrução de processo para realização de loteamentos, obras de urbanização, edifícios com impacto relevante ou impacto semelhante a loteamento, prevista no presente Regulamento deve ainda incluir um levantamento topográfico georreferenciado, planimétrico e altimétrico, ligado à Rede Nacional Geodésica (DATUM 73).

2 — As normas para formatação de ficheiros CAD de levantamentos topográficos e cartografia a utilizar nos projetos de loteamento e de obras de urbanização constam do Anexo 3 ao presente Regulamento.

3 — Para além do previsto no artigo anterior, deve ser apresentado um exemplar em suporte digital, incluindo todos os elementos do pedido, conforme o Anexo 4.

4 — As peças escritas e as plantas de localização (disponibilizadas pela câmara municipal) devem ser apresentadas em formato.pdf ou.doc. As restantes peças desenhadas devem ser apresentadas em formato.dwf.

5 — Os elementos apresentados em suporte digital devem ser devidamente identificados, referindo arquitetura ou a especialidade a que dizem respeito. Os respetivos ficheiros devem ser identificados de acordo com a peça instrutória que representam. Os nomes a atribuir a cada ficheiro não devem possuir acentos, cedilhas, pontos ou espaços.

6 — Todos os elementos devem ser gravados numa única pasta.

7 — Não podem ser entregues ficheiros com mais de 10 Mb.

#### Artigo 8.º

##### Elementos adicionais

A Câmara Municipal pode solicitar, em cada fase do procedimento, a entrega de elementos adicionais quando considerados necessários à apreciação dos pedidos.

#### Artigo 9.º

##### Deficiente instrução, correção ou apresentação de novos elementos

1 — Os pedidos devem ser instruídos de acordo com o RJUE, constante do Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de Outubro, e com o presente Regulamento devendo possuir a informação e os projetos um nível de qualidade adequado ao procedimento em causa.

2 — A correção de processos deficientemente instruídos está sujeita ao pagamento da taxa geral prevista no Título II do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais.

3 — Caso o requerente solicite a reapreciação do processo, por motivo fundamentado devido a lapso que tenha ocorrido por parte da câmara municipal, não fica este requerimento sujeito à taxa prevista no número anterior.

#### Artigo 10.º

##### Estimativa orçamental das obras

Para efeitos de instrução de processos de obras de edificação, a estimativa do custo de obras de edificação deve ser elaborada com base nas estimativas orçamentais fixadas anualmente por deliberação do órgão executivo do Município da Batalha, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto -Lei n.º 329 -A/2000, de 22 de Dezembro.

#### Artigo 11.º

##### Identificação do uso

Todos os pedidos devem identificar o uso preten-

dido, e caso se destine a atividades económicas, devem identificar o número de CAE e número de trabalhadores e sexo.

#### Artigo 12.º

##### Plantas de localização

A instrução de qualquer processo nos termos do previsto no presente Regulamento deve incluir plantas de localização para efeitos de instrução do processo, disponibilizadas pela câmara municipal. Contudo a marcação dos limites da parcela é da responsabilidade do promotor da operação urbanística.

#### Artigo 13.º

##### Planta de implantação

A planta de implantação deve conter a seguinte informação: indicação do norte, escala, marcação do limite da parcela, desenho do arruamento ou via de acesso, incluindo cotagem da largura da faixa de rodagem, valetas e identificação dos revestimentos, áreas impermeabilizadas e respetivos materiais, implantação das edificações vistas da cobertura, cotagem dos afastamentos às extremas e ao eixo do caminho e infra - estruturas existentes.

#### Artigo 14.º

##### Arredondamento

Nas medições que sejam executadas para aplicação dos parâmetros urbanísticos, aplicam -se os seguintes critérios:

Unidades, no caso do número de estacionamento, o arredondamento é efetuado para a unidade superior; Unidades, no caso do número de fogos, o arredondamento é efetuado para a unidade inferior; Áreas ou volumes, o arredondamento é efetuado com duas casas decimais.

### CAPÍTULO III

#### Edificação

##### SEÇÃO I

##### Formas de procedimento

#### Artigo 15.º

##### Obras isentas de controlo prévio

As obras isentas de controle prévio nos termos do art.º 6.º RJUE constante do Decreto - Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de Outubro, podem ser comunicadas à câmara municipal com a antecedência mínima de 30 dias, através do preenchimento de um requerimento tipo com a indicação da data prevista para o início das obras e planta de localização.

#### Artigo 15.º - A

Operações Urbanísticas, abrangidas pelo Decreto -Lei n.º 48/2011, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16/01

1 — O procedimento de comunicação prévia previsto no n.º 4 do artigo 4.º do RJUE, relativo à instalação de um estabelecimento poderá ser tramitado através do «Balcão do Empreendedor», conforme previsto no artigo 8.º do Decreto -Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16/01, e nos termos definidos pela Portaria n.º 239/2011, de 21 de junho, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16/01.

2 — Aplica -se o regime da mera comunicação prévia às operações urbanísticas previstas no número anterior nas situações identificadas em portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da modernização administrativa, das autarquias locais, da economia, do ambiente e do ordenamento do território.

3 — A mera comunicação prévia prevista no número anterior consiste numa declaração que permite ao interessado proceder imediatamente à realização da operação urbanística, após o pagamento das taxas devidas.

#### Artigo 16.º

##### Escassa relevância urbanística

1 — São consideradas de escassa relevância urbanística as operações urbanísticas sem prejuízo das que se encontrem legalmente previstas no artigo 6.º -A do RJUE, constante do Decreto - Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, aquelas que, pela sua natureza, forma, localização, impacte e dimensão, tenham escasso impacte urbanístico.

2 — Integram o conceito de escassa relevância urbanística as seguintes operações urbanísticas:

a) Estufas de jardins, arrumos, abrigos para animais de estimação, domésticos, de caça ou de guarda, com a área de implantação máxima de 20 m2 e altura máxima de 3 m;

b) Outros equipamentos ou estruturas de jardim de apoio a habitações, com altura máxima de 2 m;

c) As pequenas obras de arranjos exteriores e melhoramento paisagístico no interior da parcela que não afetem o domínio público;

d) Muros confinantes com a via pública resultantes da execução de obras de empreitada de obras públicas, nomeadamente de alargamento, beneficiação ou construção de vias municipais;

e) Demolições de muros, exceto os que tenham altura superior a 1,8 m e confinem com espaço do domínio público ou abrangidos por servidão administrativa;

f) Demolições de edifícios não contíguos a outros desde que não confinem com espaço público;

g) Instalações de abastecimento de combustíveis líquidos e gasosos e outros derivados do petróleo, sujeitas ao licenciamento simplificado ou não sujeitas a licenciamento, nos termos da legislação específica dos combustíveis e desde que a parcela não confine com a rede viária nacional;

h) Instalações de armazenamento de produtos derivados do petróleo, sujeitas ao licenciamento simplificado ou não sujeitas a licenciamento, nos termos da legislação específica dos combustíveis;

i) Instalações sanitárias e vestiários de apoio aos estabelecimentos de comércio e serviços que necessitem de adaptação a legislação específica, com a área máxima de 6 m2;

j) Instalações sanitárias e vestiários de apoio a equipamento lúdico, com a área máxima de 6 m2;

k) Grelhadores/churrasqueiras com cobertura até 3 m2 (com chaminé 0,5 m acima da cobertura), com uma frente aberta; altura da cumeeira — máxima de 3 m; afastamento ao eixo de qualquer via rodoviária — mínimo 15 m; afastamento aos limites laterais e a tardoz — mínimo 10 m desde que não afetem a estética da edificação onde se inserem;

l) Tanques de rega até 25 m3 com máximo de 1,2 m acima do solo, construções com máximo de 1 m acima do solo;

m) Instalação de redes de gás nos edifícios, desde que apresente previamente o comprovativo de aprovação da entidade inspetora;

n) Instalação ou renovação das redes prediais de abastecimento de água ou saneamento;

o) Rampas de acesso para deficientes motores e eliminação de barreiras arquitetónicas, quando localizadas dentro de logradouros ou edifícios;

p) Pavimentação e ajardinamento de logradouros, cuja área impermeabilizada não seja ultrapassada em 50 % e não se preveja o abate de árvores;

q) Reposição no estado inicial ou da legalidade violada, de operações urbanísticas embargadas;

r) Demolições necessárias ao início de uma operação urbanística;

s) Demolição de operações urbanísticas embargadas, desde que seja Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de Outubro;

t) Demolição de edificações que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde pública, se não forem de manter e recuperar, por deliberação da

câmara municipal;

u) Demolição de cobertos ou alpendres com proteção de fibrocimento e chapa ou outros materiais de características precárias.

v) A instalação de painéis solares fotovoltaicos ou geradores eólicos associada à edificação principal, para produção de energias renováveis, incluindo de micro -produção, que não excedam, no primeiro caso, a área de cobertura da edificação e a cêrcea desta em 1 m de altura, e, no segundo, a cêrcea da mesma em 4 m e que o equipamento gerador não tenha um raio superior a 1,5 m, bem como de coletores solares térmicos para aquecimento de águas sanitárias que não excedam os limites previstos para os painéis solares fotovoltaicos;

w) A substituição dos materiais de revestimento exterior ou de cobertura ou telhado por outros que, conferindo acabamento exterior idêntico ao original, promovam a eficiência energética;

3 — Nas situações previstas nas alíneas r), s), t), u) após a demolição os resíduos de demolição deverão ser encaminhados para destino final licenciado.

4 — As operações de escassa relevância urbanística não são dispensadas do cumprimento de todas as normas legais e regulamentares em vigor, e estão sujeitas a fiscalização, a processo de contra -ordenação, e às medidas de tutela da legalidade urbanística prevista no Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de Outubro.

5 — A extensão, áreas e volumes indicados, referem -se exclusivamente à área objeto do pedido, em caso de repetição considera -se o somatório dessas áreas construídas ao abrigo do presente artigo.

6 — As obras de escassa relevância urbanística identificadas no n.º 2 caso sejam comunicadas à câmara municipal devem ser comunicadas com a antecedência mínima de 30 dias e devem ser acompanhadas dos elementos previstos no artigo 23.º

7 — A instalação de geradores eólicos, referida na alínea v) do número dois, é precedida de notificação à câmara municipal e deve ser instruída com memória descritiva e justificativa, onde se faça menção ao número do processo administrativo da construção e onde conste:

a) A localização do equipamento, juntando, para o efeito, duas fotografias a cores da construção, obtidas de ângulos opostos ou complementares e com a indicação nas mesmas do local previsto para o equipamento;

b) A cêrcea e o raio do equipamento;

c) O nível de ruído produzido pelo equipamento;

d) O termo de responsabilidade onde o apresentante da notificação declare conhecer e cumprir as normas legais e regulamentares aplicáveis à instalação de geradores eólicos.

#### Artigo 17.º

Alteração significativa da topografia dos terrenos existentes

Considera -se que um pedido altera significativamente a topografia do terreno existente, quando a diferença altimétrica é superior a 3 m.

#### Artigo 18.º

Equipamento lúdico ou de lazer associado a edificação principal

Para os efeitos do RJUE, considera -se equipamento lúdico ou de lazer, aquele que pela sua natureza, forma, localização, impacte e dimensão, se integre nos seguintes limites:

a) Parques ou equipamentos infantis, instalados em espaços ou logradouros privados;

b) Campos de jogos, instalados em espaços ou logradouros privados

#### Artigo 19.º

Consultas a entidades externas ao município  
A consulta às entidades externas segue, com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 13.º, 13.º -A e 13.º -B do Decreto - Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de Outubro.

## SEÇÃO II

### Instrução

#### Artigo 20.º

##### Operações urbanísticas

1 — A realização de operações urbanísticas depende de licença, comunicação prévia com prazo, adiante designada abreviadamente por comunicação prévia ou comunicação, ou autorização de utilização.

2- A comunicação prévia, permite ao interessado realizar de imediato as operações urbanísticas pretendidas, após o pagamento das taxas devidas, dispensando a prática de quaisquer atos permissivos.

3 – A comunicação prévia é o regime regra, não obstante, pode o interessado optar por sujeitar a operação urbanística a licença.

#### Artigo 20.º-A

##### Comunicação Prévia

1 - As operações urbanísticas realizadas ao abrigo de comunicação prévia observam as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as relativas às normas técnicas de construção e o disposto nos instrumentos de gestão territorial.

2 - Sempre que seja obrigatória a realização de consultas externas nos termos previstos na lei, a comunicação prévia pode ter lugar quando tais consultas já tenham sido efetuadas no âmbito de pedido de informação prévia, de aprovação de planos de pormenor ou de operações de loteamento urbano, ou se o interessado instruir a comunicação prévia com as consultas por ele promovidas nos termos do artigo 13.º-B do Decreto - Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de Outubro.

#### Artigo 20.º-B

##### Instrução do requerimento de comunicação prévia.

1 - A comunicação prévia é dirigida ao presidente da câmara municipal e efetuada através da plataforma eletrónica referida no n.º 1 do artigo 8.º-A e 9.º do Decreto - Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de Outubro nos termos a regulamentar na portaria a que se refere o mesmo número.

2 - Na comunicação prévia o interessado indica o prazo de execução das obras.

3 - Os elementos instrutórios da comunicação prévia são regulados por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas do ordenamento do território e da administração local, neles se incluindo obrigatoriamente o termo de responsabilidade subscrito por técnico legalmente habilitado que ateste o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.

4 - As operações urbanísticas objeto de comunicação prévia são disponibilizadas diariamente através da plataforma eletrónica referida no n.º 1 do artigo 8.º-A do Decreto - Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de Outubro, que emite o comprovativo eletrónico da sua apresentação.

5 - O comunicante pode solicitar aos serviços municipais que seja emitida, sem dependência de qualquer despacho, certidão na qual conste a identificação da operação urbanística objeto de comunicação prévia bem como a data da sua apresentação.

6 - Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a câmara municipal deve, em sede de fiscalização sucessiva, inviabilizar a execução das operações urbanísticas objeto de comunicação prévia e promover as medidas necessárias à reposição da

legalidade urbanística, quando verifique que não foram cumpridas as normas e condicionantes legais e regulamentares, ou que estas não tenham sido precedidas de pronúncia, obrigatória nos termos da lei, das entidades externas competentes, ou que com ela não se conformem.

7- O dever de fiscalização previsto no número anterior caduca 10 anos após a data de emissão do título da comunicação prévia.

#### Artigo 20.º-C

A realização de operações urbanísticas dependentes de licença ou autorização de utilização, devem ser requeridas nos termos estabelecidos no art.º 8.º-A e 9.º Decreto - Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de Outubro instruídas com os documentos exigidos em Portaria que estipula os elementos instrutórios dos pedidos de realização de operações urbanísticas, e adicionalmente com os seguintes elementos:

a) Memória descritiva, onde se caracterize devidamente o uso proposto, as características construtivas de acordo com as normas regulamentares da atividade proposta;

b) Ficha conforme Anexo 2.

#### Artigo 20.º-D

Instrução de Operações Urbanísticas, abrangidas pelo Decreto -Lei n.º 48/2011 com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16/01 1 — Os elementos instrutórios referentes às comunicações prévias previstas no Decreto -Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16/01 a entregar no «Balcão do Empreendedor» encontram-se definidos na Portaria n.º 239/2011, de 21 de Junho, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16/01

2 — Os pedidos de informação prévia, de licenciamento e de autorização e a comunicação prévia relativos a operações urbanísticas obedecem ao disposto no artigo 9.º do RJUE e, salvo em situações especiais previstas noutros diplomas legais, nomeadamente no Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de Abril, e portarias complementares, serão instruídos com os elementos exigidos pelas Portarias n.º 216 -E/2008, de 3 de março, e n.º 232/2008, de 11 de março.

#### Artigo 20.º-E

Sujeição a consulta pública da alteração à licença de operação de loteamento

Para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 27.º do Decreto - Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de Outubro, são sujeitas a prévia consulta pública as alterações à licença de loteamento que se traduzam na variação das áreas de ocupação, de utilização ou de variação do número de unidades funcionais igual ou superior a 20 %.

#### Artigo 20.º-F

##### Procedimento

1 — A consulta pública prevista nos artigos anteriores, no n.º 2 do artigo 22.º e no n.º 2 do artigo 27.º do Decreto - Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de Outubro, observa as seguintes disposições:

a) É anunciada e divulgada através do portal do município na internet, por edital a afixar nos lugares de estilo e por aviso publicado num jornal local, quando o número de lotes for inferior a 20, ou num jornal de âmbito nacional, quando o número de lotes for igual ou superior àquele valor, com início 5 dias após a sua publicitação no portal do município, não podendo a sua duração ser inferior a 15 dias;

b) Tem por objeto a proposta de operação de loteamento ou de alteração à licença de operação de loteamento, que deve ser acompanhada da informação técnica elaborada pelos Serviços Mu-

nicipais, bem como dos pareceres, autorizações ou aprovações emitidas pelas entidades externas ao Município;

c) No prazo previsto na alínea a) os interessados podem consultar o processo, entregar reclamações, sugestões ou observações, por escrito, no local indicado no respetivo Aviso.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 27.º do RJUE, os proprietários dos lotes são notificados pela Câmara Municipal, por aviso postal, para se pronunciarem sobre a alteração da licença da operação de loteamento, no prazo de 15 dias.

3 — A notificação referida no número anterior, poderá ser efetuada por Edital a divulgar através do portal do município na internet e a afixar nos lugares de estilo, se os interessados forem desconhecidos ou, em tal número, que tornem inconveniente a forma de notificação referida no número anterior.

#### Artigo 21.º

Caução para garantia de reposição de infra -estruturas em loteamentos

Aquando da emissão do título da comunicação prévia para as edificações em área abrangida por operação de loteamento deve ser prestada caução no valor 1.250 € para garantia de reposição de infra -estruturas do espaço público confinante com o lote.

#### Artigo 22.º

Operações urbanísticas de utilização ou ocupação do solo

A instrução de procedimentos no âmbito do RJUE é feita através de requerimento ou comunicação, nos termos estabelecidos no art.º 8.º-A e 9.º Decreto - Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de Outubro instruídas com os documentos exigidos em Portaria que estipula os elementos instrutórios dos pedidos de realização de operações urbanísticas acompanhados dos documentos e projetos definidos naquele regime jurídico e nas respetivas Portarias, acompanhada de:

a) Identificação do requerente ou comunicante, incluindo domicílio ou sede;

b) Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação;

c) Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente à parcela ou parcelas abrangidas;

d) Extratos das plantas de ordenamento, de zonamento e de implantação do plano municipal de ordenamento do território vigente e das respetivas plantas de condicionantes e planta de síntese da operação de loteamento, quando exista, bem como planta à escala de 1:2500, ou superior, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a operação;

e) Planta de localização e enquadramento à escala da planta de ordenamento do plano diretor municipal ou à escala de 1:25000, quando este não existir, assinalando devidamente os limites da área objeto da operação;

f) Extratos das plantas do plano especial de ordenamento do território vigente;

g) Memória descritiva e justificativa esclarecendo devidamente a pretensão;

h) Projeto da operação;

i) Estimativa do custo total da operação;

j) Calendarização da execução da operação;

k) Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta existir e estiver em vigor;

l) Projetos da engenharia de especialidades necessários à execução da operação, quando aplicável;

m) Termo de responsabilidade subscrito pelos autores dos projetos e coordenador do projeto quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis;

n) Estudo que demonstre a conformidade com o Regulamento Geral do Ruído, contendo informação acústica adequada relativa à situação atual e à decorrente da execução da operação urbanística.

**Artigo 23.º**

Operações urbanísticas de escassa relevância urbanística

As operações de escassa relevância urbanística que careçam de comunicação prévia, devem ser comunicadas através de requerimento ou comunicação, nos termos estabelecidos no art.º 8.º-A e 9.º Decreto - Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de Outubro instruídas com os documentos exigidos em Portaria que estipula os elementos instrutórios dos pedidos de realização de operações urbanísticas acompanhados dos documentos e projetos definidos naquele regime jurídico e nas respetivas Portarias, acompanhada de:

- Identificação do requerente ou comunicante, incluindo domicílio ou sede;
- Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação;
- Planta da implantação à escala de 1/2500 ou superior com referência aos polígonos existentes e propostos;
- Planta de localização e enquadramento à escala 1: 25000;
- Plantas de Ordenamento e Condicionantes do Plano Municipal de Ordenamento do Território (PMOT);
- Planta síntese do loteamento (se aplicável).

**Artigo 24.º**

Informação prévia

A instrução dos pedidos de informação prévia relativos a todas as operações urbanísticas deverá cumprir o disposto na Portaria que estipula os elementos instrutórios dos pedidos de realização de operações urbanísticas.

**Artigo 25.º**

Instrução do pedido de autorização de utilização e de alteração de utilização

1 — Os pedidos de autorização de utilização e de alteração de utilização, devem ser instruídos com os elementos referidos na Portaria que estipula os elementos instrutórios dos pedidos de realização de operações urbanísticas, e de acordo com o definido no artigo 63.º do Decreto - Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de Outubro.

2 — O pedido de autorização de utilização deve ser acompanhado com os certificados de conformidade relativos a cada especialidade, nos casos previstos na lei.

3 — A utilização de um edifício ou de suas frações para efeitos de instalação de um estabelecimento e respetivas alterações de uso podem ser solicitadas ao Município da Batalha no «Balcão do Empreendedor», nos termos previstos no Decreto -Lei n.º 48/2011, de 1 de Abril.

**Artigo 25.º - A**

Instrução do pedido de alteração de utilização

1 — Sem prejuízo do disposto no Decreto -Lei n.º 48/2011, de 1 de abril (iniciativa «Licenciamento Zero»), com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei 10/2015 de 16 de janeiro, o pedido de autorização de alteração de utilização deve ser instruído em conformidade com a portaria regulamentar devendo ser apresentados, adicionalmente, os seguintes elementos:

- Planta com a representação dos equipamentos à escala adequada 1:100 ou 1.200, quando o pedido respeite a atividades económicas;
- Memória descritiva que caracterize devidamente o uso proposto, com a indicação do número de trabalhadores e sexo, o número de CAE, as caracte-

terísticas construtivas, de acordo com as normas regulamentares da atividade proposta;

c) Caso a atividade a exercer esteja sujeita a legislação específica, podem ser entregues os pareceres das respetivas entidades externas que, nos termos da lei, se devem pronunciar sobre a pretensão.

2 — Os pedidos efetuados através do Portal da Empresa devem cumprir com as normas definidas no portal e regulamentos municipais em vigor.

**Artigo 25.º - B**

Pedido de dispensa de requisitos

Os pedidos de dispensa de requisitos, relativo a atividades abrangidas pelo licenciamento zero, serão apreciados caso a caso, salvaguardando as condições de segurança contra incêndios, ambiente e normas alimentares.

**Artigo 26.º**

Averbamentos

A prática do ato administrativo que aprecia o requerimento dos averbamentos discriminados no n.º 10 do artigo 9.º do Decreto - Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de Outubro, deve ser instruídos com certidão da conservatória do registo predial e documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação.

**SEÇÃO III**

Emissão de certidões

**Artigo 27.º**

Propriedade horizontal

1 — A requerimento do interessado pode ser emitida certidão do cumprimento dos requisitos para constituição ou alteração do edifício em propriedade horizontal.

2 — O pedido deve ser instruído com os seguintes elementos:

- Planta de implantação à escala de 1:200 ou 1:500;
- Plantas de todos os pisos à escala de 1:100 ou 1:200, com a delimitação a cor diferenciada das diferentes frações e partes comuns;
- Memória descritiva com a constituição da propriedade horizontal, com a discriminação das partes do edifício correspondentes às várias frações e partes comuns, valor representativo de cada fração, expressa em percentagem ou permilagem, do valor total do prédio.

3 — Para além dos requisitos previstos no regime da propriedade horizontal consideram -se requisitos para a constituição ou alteração da propriedade horizontal:

- O prédio estar legalmente constituído;
- Não ser necessário a sua divisão através de um processo de loteamento;
- Não se verificar a existência de obras não licenciadas;
- Cada uma das frações autónomas a constituir disponha, ou possa vir a dispor, após a realização de obras, das condições de utilização legalmente exigíveis;
- As garagens ou os lugares de estacionamento privado devem ficar integrados nas frações que os motivaram, na proporção regulamentar;
- As garagens em número para além do exigido nas normas legais, podem constituir frações autónomas.

**Artigo 28.º**

Constituição de compropriedade

O requerimento relativo ao pedido de parecer favorável à constituição de compropriedade deve ser acompanhado obrigatoriamente, entre outros, dos seguintes elementos:

- Documento Matrerial (Caderneta Predial Urbana ou Certidão ou Certidão de Teor da Repartição de Finanças);
- Título de Registo de Propriedade (certidão da Conservatória do Registo Predial), devidamente atualizada;

c) Extratos das Plantas de Ordenamento e de Condicionantes do PDM, ou das Plantas de Zonamento e Condicionantes (assinalando devidamente o prédio identificado no requerimento)

d) Plantas atualizadas à escala 1/1000 ou 1/2000, com a delimitação e identificação dos prédios

e) Descrição da compropriedade, conforme o modelo a disponibilizar pelos serviços:

**Artigo 29.º**

Certidão de confrontações

O pedido de certidão de confrontações de uma parcela, deve ser instruído com os seguintes elementos:

- Requerimento indicando as confrontações que pretenda certificar;
- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela Conservatória do Registo Predial com a indicação das confrontações da parcela em vigor;
- Planta de localização à escala 1/25000, com a delimitação da parcela em vigor;
- Planta de localização à escala 1/2000, com a indicação precisa da delimitação da parcela em vigor;
- Levantamento topográfico à escala 1/1000, ou superior, com a indicação precisa da delimitação da parcela e com a respetiva marcação do caminho(s) confinante(s) com a parcela.

**Artigo 30.º**

Certidão de parcela atravessada por caminho

O pedido de certidão de confrontações de uma parcela atravessada por caminho público, deve ser instruído com os seguintes elementos:

- Requerimento indicando as confrontações que pretenda certificar;
- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela Conservatória do Registo Predial com a indicação das confrontações da parcela em vigor;
- Planta de localização à escala 1/25000, com a delimitação da parcela em vigor;
- Planta de localização à escala 1/2000, com a indicação precisa da delimitação da parcela em vigor;
- Levantamento topográfico à escala 1/1000, ou superior, com a indicação precisa da delimitação da parcela e com a respetiva marcação do(s) caminho(s) confinante(s) com a parcela e que atravessa(m) a parcela.

**Artigo 31.º**

Certidão de isenção de licença de ocupação

O pedido de certidão em como a construção é anterior a 1951, assim como o pedido de certidão em como à época não era exigida a licença de habitabilidade, fora do perímetro urbano da Vila da Batalha, em data de edificação anterior a 1983, deve ser instruído com os seguintes elementos:

- Fotocópia do Bilhete de Identidade e Contribuinte / Cartão de Cidadão;
- Certidão de teor matrerial;
- Certidão da Conservatória do Registo Predial;
- Fotografias;
- Certidão da Junta de Freguesia a atestar que o prédio urbano é anterior a 1951 ou a 1983, conforme os casos (referidos no ponto 1);
- Planta de localização

**Artigo 32.º**

Certidão de limite do espaço público

O pedido de certidão do limite do espaço público, nas situações em que é confinante com a parcela do requerente, deve ser instruído com os seguintes elementos:

- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela Conservatória do Registo Predial com a indicação das confrontações do prédio/parcela em vigor ou caderneta predial emitida pelo Serviço de Finanças;

b) Plantas de localização à escala 1/2000 ou superior e 1/25000 com a indicação precisa da delimitação da parcela bem como das parcelas e caminho(s) público(s) confinante(s);

c) Declaração dos confinantes, em como não se opõem à área do prédio/parcela ou à sua retificação, com os respetivos documentos de legitimidade (Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela Conservatória do Registo Predial).

## Artigo 33.º

Certidão de direito de preferência

O requerimento relativo ao pedido em como a câmara municipal não pretende exercer o direito de preferência, deve ser acompanhado, obrigatoriamente, entre outros, de planta de localização à escala 1/2000 ou superior e 1/25000, com a indicação precisa da delimitação do prédio/parcela.

## SECÇÃO IV

Condicionantes à edificação

### Artigo 34.º

Condicionantes patrimoniais, ambientais e arqueológicas

1 — A implantação e volumetria das edificações, a impermeabilização do solo e a alteração do coberto vegetal, devem prosseguir os princípios de preservação e promoção dos valores arqueológicos, patrimoniais e naturais do local.

2 — A câmara municipal pode impedir por condicionantes patrimoniais e ambientais, nomeadamente, arqueológicas, arquitetónicas, histórico-culturais, paisagísticas a demolição total ou parcial de qualquer edificação, o corte ou abate de espécies vegetais ou o movimento de terras.

### Artigo 35.º

Muros e vedações

1 — Os muros de delimitação dos prédios/parcelas que confinem com a via pública, arruamentos, ou espaços públicos, não podem exceder 1,20 m de altura, com exceção dos muros que se situem em zona de visibilidade, cuja altura deve ser definida de forma a não prejudicar a visibilidade conforme o Regulamento de Estradas e Caminhos Municipais.

2 — Sem prejuízo do previsto no número anterior, podem ser permitidas vedações com altura superior, em sebes vivas, gradeamentos metálicos, ou outro material que se considere adequado, desde que se enquadrem no local, até um máximo de 2 m de altura.

3 — Os muros que confinem com espaços privados, não podem exceder 3 m de altura, podendo ser encimados com sebes ou grades até um máximo de 3 m.

4 — Nos muros de suporte de terras, as alturas indicadas nos pontos anteriores é medida na cota altimétrica superior das terras. Caso o muro apresente alturas superiores a 3 m, pode a câmara municipal solicitar soluções alternativas, nomeadamente, realização de socacos ou soluções em taludes de forma a enquadrar melhor a intervenção.

5 — Os muros devem apresentar material e cor semelhante às edificações existentes na parcela, salvo a opção por acabamento rebocado a branco que é sempre admissível.

6 — Nos muros e vedações confinantes com vias municipais, os alinhamentos a adotar são paralelos ao eixo dessas vias, exceto em curva, e, sem prejuízo das zonas urbanas consolidadas, devem distar 5 m ao eixo das estradas municipais e 4 m ao eixo dos caminhos municipais, devendo ser salvaguardada a largura livre de 1,5 m entre os muros e as vias públicas distribuidoras e locais.

7 — Em estradas nacionais que foram desclassificadas os muros devem seguir os alinhamentos do local, com o mínimo de 5 m ao eixo do caminho.

### Artigo 36.º

Condições gerais de acesso e circulação

1 — No licenciamento ou comunicação prévia de edificações que não exijam a criação de novos arruamentos, devem ser sempre asseguradas as adequadas condições de acessibilidade de veículos e peões.

2 — Com exceção das zonas urbanas consolidadas, as edificações devem ser servidas por arruamentos com uma faixa de rodagem mínima de 5 m, ladeada por zona que permita o acesso e circulação de peões com a largura mínima livre de 1,50 m.

3 — As edificações servidas por arruamentos em impasse devem prever uma zona de manobra e inversão de marcha de viaturas de emergência com a largura mínima de 5 m por 7 m de profundidade.

### Artigo 37.º

Alinhamentos das edificações

A implantação das edificações confinantes com a via pública e outros espaços de utilização coletiva é definida:

a) Em zonas urbanas consolidadas, de acordo com os alinhamentos existentes no local;

b) Em caminhos municipais e arruamentos municipais, com o afastamento de 6 m ao eixo do caminho;

c) Em estradas municipais, com o afastamento de 8 m ao eixo da estrada;

d) Em estradas nacionais que foram desclassificadas em zonas de aglomerado com mais de 150 m devem manter -se os alinhamentos das construções do local. Fora destas zonas devem manter -se os afastamentos de 12 m ao eixo do caminho, no mínimo de 10 m da faixa de rodagem;

e) No caso de reconstruções ou ampliações podem ser aprovados outros alinhamentos, desde que sejam garantidas as zonas de visibilidade.

### Artigo 38.º

Postos de transformação

É proibida a instalação de postos de transformação de energia em caves, de modo a evitar que, em caso de inundações, ponha em perigo o próprio edifício e afete a distribuição de energia a outros edifícios.

### Artigo 39.º

Impermeabilizações de logradouros de edificações

1 — Sempre que no terreno a cota altimétrica seja inferior ao arruamento confinante, deve ser garantida a drenagem para o logradouro, sendo apenas permissível pavimentos que possibilitem as infiltrações no solo.

2 — No caso da parcela, objeto do pedido estar a cota superior ao arruamento, cuja drenagem para a via pública é inerente, devem ser aplicados pavimentos permeáveis e deve ser minimizada a afluência de águas para a via pública, através da execução de poços drenantes, sempre que não seja possível a ligação a aqueduto ou a linha de água.

### Artigo 40.º

Empenas laterais

Os paramentos das empenas devem ter tratamento adequado, nomeadamente, no que se refere à impermeabilização e aspetos estéticos.

### Artigo 41.º

Corpos balançados

Nas fachadas dos edifícios contíguos a espaço público, é proibida a utilização do espaço aéreo público por corpos balançados utilizáveis, nomeadamente, varandas, com exceção dos corpos balançados sobre passeios com altura superior a 3 m, acima da cota do passeio.

### Artigo 42.º

Saliências

As saliências e os corpos balançados devem ser localizados na zona superior da fachada, 3 m acima da cota do passeio ou berma, não sendo admissíveis saliências que se situem em cota inferior a 2,5 m de espaços de circulação privados ou públicos.

### Artigo 43.º

Colocação de equipamentos nas fachadas e coberturas dos edifícios

1 — A fim de eliminar progressivamente as tubagens à vista, os projetos relativos a obras de construção, reconstrução, ampliação e alteração dos edifícios devem prever:

a) Espaços para colocação de equipamentos de infra-estruturas, nomeadamente, aparelhos de ar condicionado, exaustão, ventilação, aquecimento, chaminés e outros, de forma a que, quando colocados, não sejam visíveis a partir do espaço público;

### Artigo 44.º

Tubos de queda e caleiras

1 — A instalação de tubos de queda deve obedecer às seguintes condições:

a) É proibida a utilização de material plástico, exceto das séries DIN, devendo, neste caso, o último troço, de altura relacionada com a altura das portas ou outro alinhamento relevante, ser metálico ou protegido por tubagem metálica, devidamente fixada à parede;

b) Devem ficar ligados às sarjetas ou coletores, através de caixas de pavimento ou, no caso de não existir passeio, através de curva do tubo, que encaminhe as águas no sentido do escoamento.

2 — A drenagem das varandas deve ser encaminhada para os tubos de queda do edifício.

3 — Na ausência de rede coletora na via pública e sempre que as condições topográficas o permitam as águas pluviais devem ser conduzidas para o logradouro não impermeabilizado.

### Artigo 45.º

Acesso e estacionamento

1 — O acesso viário ao estacionamento localizado no interior dos edifícios deve ser independente do acesso pedonal e obedecer às seguintes condições:

a) Localizar -se à maior distância possível de gavetos;

b) Localizar -se no arruamento de menor intensidade de tráfego;

c) Permitir a manobra de veículos sem invasão da outra via de circulação;

d) Evitar situações de interferência com obstáculos situados na via pública, nomeadamente, semáforos, árvores, candeeiros.

2 — No dimensionamento dos estacionamentos, das vias de acesso no interior dos parques de estacionamento, devem verificar -se as regras impostas pelo Regulamento de Segurança Contra Incêndios e as Normas Técnicas sobre Acessibilidade.

3 — As rampas de acesso ao estacionamento no interior das parcelas, não podem desenvolver -se no espaço e via públicos, incluindo passeios.

4 — Para garantir a visibilidade dos condutores devem ser construídas zonas de espera, junto à via pública, com o comprimento mínimo de 3,00 m e inclinação máxima de 2 %.

5 — Os acessos aos parques de estacionamento das edificações devem possuir portões, não devendo o movimento de abertura ou fecho atingir o espaço público.

6 — As rampas exteriores de acesso aos parques de estacionamento devem ter as seguintes inclinações máximas, a identificar em corte à escala do projeto:

a) 15 % em garagens de habitação plurifamiliar;

b) 20 % em garagens de habitação unifamiliar.

7 — As garagens coletivas devem ter ventilação natural mínima correspondente a 8 % da sua área, ou ventilação forçada, sem prejuízo do disposto na



legislação aplicável.

**Artigo 46.º**

**Estacionamento coberto**

1 — O acesso ao estacionamento coberto deve permitir o fácil acesso aos respetivos lugares, nomeadamente:

- a) Quando exista uma única fila de estacionamento, a faixa de acesso deve ter a largura mínima de 4 m;
  - b) Quando exista uma fila dupla de estacionamento, a faixa de acesso deve ter a largura mínima de 5 m;
  - c) Não são contabilizados lugares que possuam pilares na delimitação do espaço de estacionamento.
- 2 — Os lugares de estacionamento referidos no número anterior devem ter as seguintes dimensões mínimas:

- a) Garagem privativa 5,0 m × 3,0 m;
- b) Lugar de estacionamento delimitado em garagem coletiva no interior de edifício 5 m × 2,5 m;
- c) Lugar de estacionamento descoberto 5,0 m × 2,5 m.

3 — As rampas interiores de acesso ao estacionamento não devem ter uma inclinação superior a 15 % e uma largura inferior a 3 m, devendo nos casos de desenvolvimento em curva estar assegurado um raio de giração mínimo de 4 m ao eixo.

4 — Quando o estacionamento se situe em cave de edifício, deve ficar assegurado o seu acesso de peões por escada interior e por elevador, se este existir, para além da rampa de acesso de viaturas.

5 — Nos projetos a apresentar para aprovação devem ser indicados e cotados os lugares de estacionamento, bem como os acessos e elementos construtivos que condicionem a sua acessibilidade.

**Artigo 47.º**

**Plano de acessibilidades**

O plano de acessibilidades de edificações deve conter os seguintes elementos:

- a) Planta de implantação com a marcação do percurso acessível, cotas altimétricas e larguras livre cotadas;
- b) Plantas dos pisos acessíveis, com cotagem de todas as dimensões do percurso acessível;
- c) Pormenores cotados a escala adequada, de átrios, soleiras, portas, escadas e degraus, guardas e corrimão, rampas, comandos e controlos, alcances, caixas de correio, instalações sanitárias com os respetivos equipamentos e espaços livres de acesso.

**Artigo 47.º-A**

**Reposição da legalidade urbanística**

Quando se verifique a realização de operações urbanísticas ilegais nos termos do n.º 1 do artigo 102.º do Decreto - Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de Outubro, designadamente:

- a) Sem os necessários atos administrativos de controlo prévio;
- b) Em desconformidade com os respetivos atos administrativos de controlo prévio;
- c) Ao abrigo de ato administrativo de controlo prévio revogado ou declarado nulo;
- d) Em desconformidade com as condições da comunicação prévia;
- e) Em desconformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis.

2 — Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, esta medida só é aplicável se as operações urbanísticas realizadas se encontrarem em conformidade com as disposições legais e regulamentares à data da sua construção ou, se for possível assegurar a conformidade das operações urbanísticas realizadas com as disposições legais e regulamentares em vigor, mediante a realização de trabalhos de correção ou adaptação.

3 — Pode ser dispensado o cumprimento de normas técnicas relativas à construção cujo cumprimento se tenha tornado impossível ou que não seja razoável exigir (como por exemplo em matéria

de acústica, térmica, acessibilidades, etc.), desde que se verifique terem sido cumpridas as condições técnicas vigentes à data da realização da operação urbanística em questão.

4 — Para efeitos do disposto no número anterior, compete ao requerente apresentar documentos que comprovem de forma inequívoca a data da realização da operação urbanística em causa.

**Artigo 48.º**

**Procedimento**

1 — O procedimento de legalização de operações urbanísticas obedece ao previsto no disposto no artigo 8.º do Decreto - Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de Outubro com as necessárias adaptações.

2 — Sempre que seja necessário executar obras de correção ou adaptação, a execução destas obras deverá obedecer ao procedimento previsto para o licenciamento ou comunicação prévia, com as necessárias adaptações.

**SEÇÃO I**

**Instrução**

**Artigo 49.º**

**Destaque**

1 — Da pretensão relativa ao destaque de uma única parcela de prédio com descrição predial, devem constar, sem prejuízo de outros que, no caso concreto, se mostrem necessários, os seguintes elementos:

- a) Requerimento dirigido ao presidente da Câmara com a identificação do requerente, pela indicação do nome, número de contribuinte, profissão, residência, número de bilhete de identidade, data e respetivo serviço emissor, contacto telefónico, endereço eletrónico, e que deve incluir o seguinte: Descrição do prédio objeto de destaque, da parcela a destacar e da parcela sobrança; Identificação caso pretendam, da cada construção a erigir ou erigida na área do prédio inicial, com designação do número do processo de obras, alvará de construção ou admissão de comunicação prévia e autorizações de utilização, caso exista;
- c) Certidão da Conservatória de Registo Predial;
- d) Planta de localização e enquadramento à escala 1/25000;
- e) Extratos das plantas de PMOT;
- f) Planta de situação à escala 1/2500 ou superior, com indicação precisa:

Da parcela original, com indicação precisa dos confrontantes;

Limite da área do destaque;

Limite da área sobrança;

Implantação rigorosa das edificações existentes com o(s) número(s) do(s) processo(s) respetivo(s), bem como das previstas, com indicação do uso.

2 — Quando o destaque incida em áreas situadas fora do perímetro urbano, o requerente deve, ainda, apresentar declaração de técnico credenciado, que classifique o tipo de terreno de forma a permitir a definição da unidade de cultura nos termos da lei.

Os atos que tenham por efeito o destaque de parcela com descrição predial que se situe em perímetro urbano e fora deste devem observar o disposto nos n.ºs 4 ou 5, do art.º 6.º do Decreto - Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de Setembro, consoante a localização da parcela a destacar, ou, se também ela se situar em perímetro urbano e fora deste, consoante a localização da área maior.

3 — O destaque deve permitir o adequado desenvolvimento urbanístico das povoações, contribuindo para a sua valorização ambiental e patrimonial.

**SEÇÃO II**

**Formas de procedimento**

**Artigo 50.º**

**Dispensa de discussão pública**

1 — Só estão sujeitas a discussão pública as operações de loteamento que excedam algum dos seguintes limites:

- a) 4 hectares;
- b) 100 fogos;
- c) 10 % da população do aglomerado urbano em que se insere a pretensão.

2 — Para efeitos do presente artigo entende -se por aglomerado urbano o definido na alínea a) do artigo 2.º do presente Regulamento.

**Artigo 51.º**

**Prazo da discussão pública**

Para efeitos do disposto no artigo 22.º Decreto - Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de Outubro., a discussão pública de operações de loteamento prevista no artigo anterior, efetua-se nos termos do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de Maio, através de aviso a publicar no Diário da República e a divulgar através da comunicação social e respetiva página da Internet, devendo ser anunciada com o mínimo de 5 dias de antecedência e respeitar a duração de 20 dias.

**Artigo 52.º**

**Dispensa de equipa técnica multidisciplinar**

Por força da alínea a) do n.º 3 do artigo 4.º do Decreto -Lei n.º 292/95, de 14 de Novembro, são dispensadas as equipas técnicas multidisciplinares na elaboração dos projetos de operações de loteamento previstos no n.º 1 do artigo 4.º do referido decreto -lei, concretamente:

- a) Nos loteamentos para moradias, quando dos mesmos resultem lotes em número igual ou inferior a 10 e o terreno a lotear não exceda 6000 m2.
- b) Nos loteamentos com edifícios com mais de uma unidade de ocupação, quando dos mesmos resultarem unidades de ocupação em número igual ou inferior a 20 e o terreno a lotear não exceder 6000 m2.

**Artigo 53.º**

**Obras com impacto semelhante a uma operação de loteamento**

Nos termos e para os efeitos previstos na parte final do n.º 5 do artigo 57.º do Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de Outubro., consideram -se geradoras de impactos semelhantes a uma operação de loteamento, qualquer obra de construção que resulte em mais de quatro unidades de ocupação, bem como as obras de alteração que resultem num aumento do número de unidades de ocupação superior a quatro.

**Artigo 54.º**

**Impacte relevante**

Para efeitos do estatuído do n.º 5 do artigo 44.º do Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de Outubro., considera -se gerador de um impacte relevante as edificações ou utilizações em que seja previsível qualquer uma das seguintes situações:

- a) Superfície de pavimento, superior a 2500 m2;
- b) Disponham de mais de 10 unidades de ocupação;
- c) Provoquem ou envolvam uma sobrecarga dos níveis de serviço nas infra -estruturas ou ambiente, nomeadamente vias de acesso, tráfego, estacionamento, ruído ou outras;
- d) Que contenham unidades hoteleiras com mais de oitenta quartos.

2 — Exclui -se da aplicação deste artigo as edificações ou utilizações destinadas a indústrias.

**Artigo 55.º**

**Dimensões da área de cedência**

As áreas de cedência devem, sempre que for pos-

sível, agrupar -se de forma a permitir uma melhor utilização e manutenção futuras.

## Artigo 56.º

Dimensionamento dos espaços verdes de utilização coletiva

1 — As áreas destinadas aos espaços verdes devem, preferencialmente, ser agrupadas num único local, sendo a área mínima aceitável de 50 m<sup>2</sup>.

2 — Os canteiros devem apresentar formas geométricas adequadas a uma fácil manutenção, em especial no que se refere à cobertura do sistema de rega.

3 — Devem evitar -se situações de taludes com pendentes muito acentuados, de difícil estabilização e manutenção, como forma de resolver desníveis. Os taludes devem apresentar inclinações estáveis de cerca de 1/3 e serem convenientemente revestidos com espécies vegetais adequadas

## Artigo 57.º

Alteração de operação de loteamento sujeita a consulta pública

Na alteração da licença de operação de loteamento precedida de consulta pública são aplicáveis as normas constantes do presente Regulamento.

## Artigo 58.º

Alteração de operação de loteamento

1 — Para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 27.º do Decreto - Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de Outubro, o pedido de alteração da licença de operação de loteamento, é divulgado na página da Internet, para que os proprietários dos lotes ou frações se pronunciem sobre a alteração pretendida no prazo de 10 dias úteis, podendo, dentro deste prazo, consultar o processo e apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões na câmara municipal.

2 — No pedido de alteração da licença de operação de loteamento, o requerente pode indicar à câmara municipal a identificação de todos os titulares dos lotes constantes do alvará, com documento comprovativo dessa qualidade emitido pela Conservatória do Registo Predial, bem como das respetivas moradas, para efeitos da sua notificação para pronúncia.

3 — Identificados os proprietários dos lotes são notificados, por via postal com aviso de receção, de acordo com o disposto no número anterior, para se pronunciarem sobre a alteração pretendida no prazo de 10 dias úteis, podendo, dentro deste prazo, consultar o processo e apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões, por escrito, no local indicado na notificação, edital ou página da Internet da autarquia.

4 — Caso seja impossível a identificação dos interessados, ou quando em função do número dos interessados se mostre inadequada outra forma de notificação são notificados, nos termos do 112.º, n.º 1, alínea d) do Código do Procedimento Administrativo, por edital a afixar nos locais habituais e página da Internet da autarquia.

## SECÇÃO III

Instrução de Obras de Urbanização

### Artigo 59.º

Instrução de obras de urbanização

As obras de urbanização devem ser instruídas com os elementos previstos em Portaria.

### Artigo 60.º

Instrução do projeto paisagístico

O projeto paisagístico deve incluir os seguintes elementos:

a) Planta de arranjos exteriores à escala 1:1000 ou superior;

b) Plano de plantação e rede de rega e indicação do marco para contador de água;

c) Memória descritiva que inclua o plano de manutenção.

### Artigo 61.º

Plano de acessibilidades

O plano de acessibilidades de operações de loteamento deve conter os seguintes elementos:

a) Planta de acessibilidades com a marcação do percurso acessível, cotas altimétricas e larguras livres cotadas, e em cada troço do percurso acessível deve ser indicada a inclinação respetiva;

b) Pormenores cotados a escala adequada, de todas as situações que necessitem de pormenorização, nomeadamente: de acessos, passeios, lancis, escadas e degraus, rampas, guardas e corrimão (se necessário).

## SECÇÃO IV

Condicionantes em loteamentos e obras de urbanização

### Artigo 62.º

Obras de urbanização

Nas situações previstas no artigo 34.º do RJUE, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de Outubro, a admissão da comunicação prévia fica sujeita às seguintes condições:

a) Concluídas as obras, o proprietário fica obrigado a proceder ao levantamento do estaleiro e à limpeza da área, nos termos previstos no regime jurídico da gestão de resíduos de construção e demolição, sendo o cumprimento destas obrigações condição da receção provisória das obras de urbanização, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 86.º do RJUE;

b) Sem prejuízo do disposto no artigo 56.º do RJUE, as obras de urbanização devem ser concluídas no prazo proposto pelos interessados, o qual não pode exceder um ano, quando o valor estimativo seja igual ou inferior a 25000€, ou no prazo de 2 anos quando de valor superior;

c) O requerente deve instruir o pedido com o mapa de medições e orçamentos das obras a executar, para efeitos de obtenção do valor de caução a prestar, de forma a garantir a boa e regular execução das obras. O valor da caução a prestar é calculado através do somatório dos valores orçamentados para cada especialidade prevista, acrescido de 5 % destinado a remunerar encargos de administração;

d) Do contrato de urbanização, se for caso disso, deve constar a identificação completa das partes, as obrigações das mesmas relativamente à execução das obras de urbanização e o respetivo prazo.

### Artigo 63.º

Áreas para espaços verdes e de utilização coletiva, infra -estruturas e equipamentos

1 — Sem prejuízo do disposto no artigo 44.º do RJUE, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de Outubro., devem prever-se áreas destinadas à implantação de espaços verdes e de utilização coletiva, infra -estruturas e equipamentos:

a) As operações de loteamento ou suas alterações;

b) As operações urbanísticas que determinem impactes relevantes;

c) As operações urbanísticas consideradas como geradoras de um impacto semelhante a loteamento.

2 — As áreas referidas no número anterior devem obedecer aos parâmetros definidos em PMOT aplicável à realização da operação urbanística.

3 — As áreas destinadas a espaços verdes e de utilização coletiva e a equipamentos de utilização coletiva devem ter acesso direto por arruamento.

4 — As áreas destinadas a espaços verdes e de utilização coletiva a ceder para o domínio público, devem constituir, pela sua dimensão, implantação e demais características, unidades autónomas e identificáveis. Tanto quanto possível deve privilegiar -se a concentração e continuidade dessas áreas de

cedência.

5 — As zonas das áreas de cedência, que não confrontem com passeios e arruamentos, devem estar modeladas, piquetadas e assinaladas por meio de marcos.

### Artigo 64.º

Execução e gestão dos espaços verdes e de utilização coletiva

1 — A execução, dos espaços verdes e de utilização coletiva, referida no n.º 1 do artigo anterior é da responsabilidade do promotor da operação urbanística.

2 — A execução prevista no n.º 1 sujeita -se às condições impostas pela câmara municipal, em conformidade com o projeto de intervenção paisagística, que deve ser elaborado de acordo com os princípios estabelecidos no presente capítulo.

3 — As condições de conservação e manutenção dos espaços verdes e de utilização coletiva são fixadas aquando do licenciamento ou autorização da operação urbanística, podendo abranger a celebração de acordos de cooperação ou de contratos de concessão, no caso dos espaços cedidos ao município.

### Artigo 65.º

Infra -estruturas nos espaços verdes e de utilização coletiva

1 — Os projetos para os espaços verdes de utilização coletiva devem obrigatoriamente contemplar um plano de rega.

2 — Sempre que existam áreas para espaços verdes e de utilização coletiva a afetar ao domínio público, essa área deve estar dotada das seguintes infra -estruturas, a executar pelos respetivos loteadores:

a) Rede de rega, que deve ser automática e ligada à rede de distribuição de água para abastecimento público, com a colocação de um contador e programador e respetivos acessórios;

b) A rede de rega é separada da rede de distribuição de água para abastecimento público;

c) Mobiliário urbano, colocação de bancos e papeleiras resistentes ao vandalismo ou outro tipo de equipamento considerado necessário.

3 — Nas árvores de alinhamento deve ser previsto um sistema de rega gota -a -gota, com dois gotejadores por caldeira, inserido no passeio.

4 — Independente dos sistemas de rega automática, devem prever-se pontos de adução de água, para regas pontuais.

### Artigo 66.º

Acordos de cooperação e contratos de concessão  
Com vista a promover uma participação mais ativa e empenhada das populações na qualificação do espaço urbano, com reflexos na sua qualidade de vida, a gestão dos espaços verdes pode ser confiada a moradores ou a grupos de moradores das zonas loteadas ou urbanizadas, mediante a celebração com o município de acordos de cooperação ou de contratos de concessão.

### Artigo 67.º

Criação de espaços verdes integrados em obras de urbanização

Compete ao titular das obras de urbanização assegurar a substituição de todo o material vegetal «morto» ou «doente», bem como de todos os equipamentos com defeito ou mau funcionamento, identificados pelos serviços municipais competentes durante o período de apreciação dos trabalhos para efeitos de receção definitiva.

### Artigo 68.º

Espécies desaconselhadas

Dentro dos espaços urbanos deve ser evitada a plantação das seguintes espécies: Eucalipto (eucalyptus globulus), Tília (tília tomentosa) e o Plátano

(platanus orientales).

**Artigo 69.º**

**Árvores de arruamento**

Junto dos arruamentos ou áreas de estacionamento deve optar -se pela plantação das seguintes espécies: Bordo (acer pseudoplatanus), Catalpa, Grevillea, Lodão, Melia, podendo ser aceites outras espécies que constem em projeto paisagístico.

**Artigo 70.º**

**Árvores de alinhamento**

Recomenda -se a arborização junto dos percursos de circulação pedonal e dos locais de estacionamento, tornando -os mais amenos, proporcionando sombra, diminuindo a aridez e permitindo a sua integração paisagística.

**Artigo 71.º**

**Rede viária**

1 — As obras de urbanização que impliquem intervenção, mesmo que mínima, na rede viária onde se inserem devem assegurar a devida articulação com a mesma, ao nível do arruamento e infra -estruturas.

2 — Os impasses devem ser evitados, admitindo -se a sua utilização em situações de acesso a estacionamento de apoio a edificações.

3 — Devem ser adotadas zonas de visibilidade do interior das concordâncias das ligações ou cruzamentos.

4 — Os raios de curvatura na concordância entre arruamentos devem ter dimensão igual à largura do arruamento de maior dimensão, sendo medido no intradorso da curvatura.

5 — Deve ser proposta sinalização reguladora de trânsito, horizontal e vertical.

**Artigo 72.º**

**Passeios**

1 — Em todos os passeios, percursos pedonais e zonas em que sejam criadas passadeiras para atravessamento de peões, o lancil deve ser rebaixado de forma a garantir a eliminação das “barreiras arquitetónicas”, devendo cumprir -se as Normas Técnicas para Melhoria da Acessibilidade das Pessoas com Mobilidade Condicionada.

2 — Nos acessos a garagens, a cota do passeio não deve ser rebaixada, devendo unicamente o lancil ser sutado.

3 — Os passeios adjacentes aos arruamentos devem ter uma largura livre não inferior a 1,5 m, devendo a largura base do passeio ser no mínimo de 1,60 m.

4 — As regras definidas nos pontos anteriores devem ser adaptadas, nos casos em que a passadeira seja integrada numa lombra.

5 — Em todos os passeios, percursos pedonais ou outras zonas exclusivamente pedonais devem cumprir -se as Normas Técnicas para Melhoria da Acessibilidade das Pessoas com Mobilidade Condicionada no dimensionamento de caldeiras, sinalização de trânsito e mobiliário urbano.

**Artigo 73.º**

**Materiais a utilizar nos passeios e lancis**

1 — Nos passeios, zonas de circulação pedonal e áreas de estacionamento automóvel devem ser privilegiados os pavimentados com pedra natural da região (calcário), o mesmo se aplicando aos lancis, a qual permita uma maior estabilidade, resistência e economia de conservação a longo prazo.

2 — Nos passeios, sem prejuízo de uma solução paisagística devidamente enquadrada e aprovada, deve utilizar -se pedra natural sob a forma de calçada portuguesa.

3 — É obrigatório o rebaixamento dos lancis nos locais estabelecidos para passadeiras para peões, com um espelho máximo de 2 cm.

4 — Em percursos de jardim podem ser utilizados outros materiais, assegurando -se, no entanto, as zonas de acesso a pessoas com dificuldades de mobilidade.

5 — Em situações de continuidade ou de relação com preexistências, o material a aplicar é analisado caso a caso e aprovado pelos serviços técnicos municipais.

**Artigo 74.º**

**Dimensões dos perfis transversais dos arruamentos e raios de curvatura**

1 — Sem prejuízo do disposto no artigo 36.º do presente Regulamento, o dimensionamento dos perfis transversais dos arruamentos ficam sujeitos aos parâmetros de dimensionamento das infra -estruturas viárias definidos em Portaria.

2 — As dimensões mínimas dos raios dos lancis devem obedecer aos seguintes valores: raio da via principal 10 m, via de distribuição local 7,5 m, via de acesso local 5 m.

**Artigo 75.º**

**Sinalização vertical**

Os postes metálicos para a fixação de sinalização vertical devem ser alinhados, assegurando a largura livre mínima de 0,80 m, a cor de base deve ser o cinza escuro.

**Artigo 76.º**

**Iluminação**

1 — Em todas as operações urbanísticas de loteamentos, obras de urbanização, geradoras de impacte relevante ou impacto semelhante ao de um loteamento, é obrigatória a instalação de sistemas de iluminação pública que contribuam para que os utilizadores se sintam em segurança no espaço público, mas igualmente, para que se criem ambientes urbanos atrativos.

2 — Os suportes e as luminárias devem ser escolhidos de acordo com os indicados pela autarquia e a cor base deve ser o cinza escuro.

**Artigo 77.º**

**Equipamento e parques infantis**

1 — As zonas de segurança dos parques infantis e juvenis devem ser em piso sintético, no mínimo com 40 mm, podendo a restante área ter outro tipo de pavimento, com exceção de areia, areão ou outro material similar.

2 — Na zona de influência dos parques infantis ou juvenis devem contemplar -se bancos em número suficiente e proporcional à área geral e ainda, no mínimo, 1 bebedouro.

3 — Devem ser respeitados os regulamentos específicos e normas legais aplicáveis, nomeadamente o Regulamento que estabelece as Condições de Segurança a Observar na Localização, Implantação, Conceção e Organização Funcional dos Espaços de Jogo e Recreio, Respetivo Equipamento e Superfícies de Impacte.

**Artigo 78.º**

**Ligação à rede pública de saneamento**

1 — É obrigatória a ligação à rede pública de saneamento quando no local onde é erigida a edificação esteja disponível a respetiva rede pública.

2 — Na instrução do pedido de emissão de autorização de utilização é obrigatória a apresentação do comprovativo do pagamento da taxa de ligação de saneamento.

**Artigo 79.º**

**Obrigatoriedade de instalação de reservatório e grupo sobrepessor**

1 — Todas as edificações que se situem em zonas com condições deficitárias de abastecimento de água devem prever sistema sobrepessor, incluindo

do reservatório, com capacidade correspondente a um dia de consumo.

2 — O reservatório deve estar dotado de sistema de desinfecção da água.

**Artigo 80.º**

**Contentores de resíduos sólidos urbanos**

1 — Sem prejuízo de regulamentação especial, em todas as edificações com mais de 15 unidades de ocupação, ou com mais de 6 unidades de ocupação quando destinadas a atividades económicas, deve ser previsto um espaço destinado ao depósito e recolha de resíduos sólidos, dimensionado de acordo com o(s) tipo(s) de ocupação em causa.

2 — Em cada operação urbanística de loteamento deve ser previsto um espaço para a colocação de contentor de resíduos sólidos urbanos, sendo definido pela câmara municipal a quantidade.

3 — O espaço referido no número anterior deve garantir uma boa acessibilidade aos veículos de recolha de resíduos sólidos, devendo ainda ser dada especial atenção às condições que permitam garantir uma adequada integração urbanística, de modo a não afetar a salubridade e estética do local.

4 — Os contentores devem ser colocados apenas num dos lados da via pública de forma a simplificar a recolha dos resíduos sólidos urbanos.

5 — Os contentores devem ser colocados em reentrâncias próprias delimitadas no arruamento, sem redução da largura de passeio nem ocupação de lugares de estacionamento.

6 — As dimensões mínimas das reentrâncias são de 1,5 m x 1,0 m por contentor e devem possuir uma inclinação mínima de 2 % no sentido da via pública, para assegurar o escoamento superficial das águas pluviais.

7 — Em todas as operações urbanísticas de loteamentos, obras de urbanização e outras geradoras de impacte relevante pode a câmara municipal solicitar um espaço para instalação de um ecoponto.

**Artigo 81.º**

**Movimentação de terras**

1 — Durante a execução das obras de urbanização das operações de loteamento, a movimentação de terras deve incluir a modelação dos lotes de acordo com o projeto aprovado, com exceção da respeitante aos pisos em cave.

2 — A movimentação de terras a efetuar deve limitar -se ao estritamente necessário, respeitando a legislação existente e salvaguardando a modelação do terreno envolvente.

**Artigo 82.º**

**Muros de suporte de terras**

1 — Durante a execução das obras de urbanização das operações de loteamento, a movimentação de terras deve incluir a execução dos muros de suporte, de acordo com o projeto aprovado.

2 — Nos limites das áreas a lotear ou a urbanizar, sempre que da movimentação de terras ou da diferença de cotas resultem diferenças altimétricas significativas, devem ser previstos muros de suporte.

**Artigo 83.º**

A cota de soleira das edificações, a definir na planta de síntese da operação de loteamento, não deve ultrapassar 1 m acima da cota do passeio.

**SEÇÃO V**

**Execução de obras de urbanização**

**Artigo 84.º**

**Execução de obras de urbanização**

1 — Na execução dos trabalhos de urbanização devem ser tomadas medidas que evitem perturbar a vida urbana na envolvente, para além do estrita-

mente necessário.

2 — É da responsabilidade do promotor a correção e recuperação das infra-estruturas públicas danificadas por força da execução das obras de urbanização.

3 — Antes do pedido de receção provisória das obras de urbanização devem ser entregues as telas finais que correspondem à execução das obras de urbanização e respetivas redes de infra-estruturas.

4 — Após a conclusão dos trabalhos é solicitada à câmara municipal a receção provisória das obras de urbanização.

## Artigo 85.º

Receção provisória das obras de urbanização

No momento da receção provisória das obras de urbanização, que é precedida de vistoria, devem verificar-se as seguintes condições:

- Os arruamentos e restantes infra-estruturas, incluindo espaços verdes e sistemas de rega (programados e em funcionamento) e iluminação pública devem estar executados de acordo com o definido em alvará de loteamento ou contrato de urbanização;
- Os lotes devem estar modelados, piquetados e assinalados por meio de marcos;
- O mobiliário urbano deve estar instalado, sem prejuízo de circunstâncias excecionais devidamente justificadas e autorizadas pela câmara municipal.

## CAPÍTULO V

Procedimentos e Situações Especiais

### Artigo 86.º

Operações urbanísticas de utilização ou ocupação do solo

A utilização ou ocupação do solo, designadamente, com armazenamento, transformação, comercialização e exposição de produtos ou bens está sujeita a licença ou comunicação prévia.

### Artigo 87.º

Identificação de fogos ou frações

1 — Nos edifícios que possuam dois fogos ou frações por piso, com entrada comum, a designação de “esquerdo” cabe ao fogo ou fração que se situe à esquerda de quem acede ao patamar respetivo, pelas escadas.

2 — Se em cada piso houver três ou mais fogos ou frações, estes devem ser referenciados segundo a chegada ao patamar nos termos do número anterior, pelas letras do alfabeto, de A em diante, e no sentido horário.

### Artigo 88.º

Áreas comuns em edifícios

1 — Os edifícios passíveis de virem a constituir-se em regime de propriedade horizontal, com seis ou mais fogos, devem possuir espaço comum, funcionalmente vocacionado para possibilitar a realização das respetivas assembleias de condomínio, de gestão corrente e manutenção de coisas comuns.

2 — Os espaços referidos no número anterior devem ter as seguintes condições:

- Possuir um pé direito livre, no mínimo, de 2,4 m;
- Possuir uma área mínima de 10 m<sup>2</sup>, acrescida de 1 m<sup>2</sup> por fração quando exceder 10 fogos.

3 — Nestes edifícios deve existir um compartimento destinado a arrecadação de material de limpeza do espaço comum, com acesso a partir do mesmo, dotado de um ponto de luz, água, recolha e encaminhamento para a rede de águas residuais do edifício.

### Artigo 89.º

Disponibilidade de água

Todas as edificações devem dispor de água para combate a incêndios, preferencialmente marco de água, à distância regulamentar. No caso da inexistência de rede, admite-se, para o mesmo fim, um tanque ou depósito dimensionado em função das

unidades de ocupação, com uma ligação a um marco de água.

### Artigo 90.º

Águas residuais domésticas

Em zonas coincidentes com formações cársicas, de elevada permeabilidade e vulneráveis à contaminação das águas subterrâneas, quando não exista rede de águas residuais domésticas, estas devem ser encaminhadas para fossa estanque.

### Artigo 91.º

Águas residuais pluviais

1 — O acesso a arruamentos/estradas municipais deve prever soluções técnicas de recolha e ou encaminhamento das águas pluviais, as quais devem ser pormenorizadas na fase de especialidades, de forma a garantir a segurança do espaço público e a ausência integral de escoamentos para as vias.

2 — Em relação à drenagem pluvial deve ser garantido o escoamento para logradouro não impermeabilizado.

### Artigo 92.º

Infra-estruturas de telecomunicações, de fornecimento de energia e outras

1 — As redes e correspondentes equipamentos referentes a infraestruturas de telecomunicações, de energia ou outras, necessárias na execução de operações urbanísticas, ou ainda nas promovidas pelas entidades concessionárias das explorações, devem ser enterradas, exceto quando comprovada a impossibilidade técnica de execução.

2 — Nas operações urbanísticas, as redes de infra-estruturas devem ser enterradas e os respetivos terminais ou dispositivos aparentes devem estar perfeitamente coordenados e integrados no projeto de arranjos exteriores.

3 — Os postos de transformação elétricos ficam condicionados à apreciação da respetiva arquitetura.

4 — A execução de estações de telecomunicações deve compreender uma base/plataforma e um gradeamento com uma malha densa, capaz de ocultar os equipamentos necessários.

5 — Em casos excecionais, a câmara municipal reserva-se o direito de determinar a instalação das infra-estruturas urbanísticas em galeria técnica subterrânea.

### Artigo 93.º

Estabelecimentos de restauração e de bebidas

1 — Os pedidos de instalação ou alteração de uso para estabelecimentos de restauração, devem prever uma área de cozinha proporcional à capacidade do estabelecimento com o mínimo de 9 m<sup>2</sup>, para estabelecimentos até ao máximo de 20 lugares; 15 m<sup>2</sup> para estabelecimentos até ao máximo de 40 lugares; 20 m<sup>2</sup> para estabelecimentos até ao máximo de 60 lugares. Nos estabelecimentos com áreas superiores às indicadas, o espaço destinado à cozinha deve ser adequado.

2 — A área de armazenagem deve ser proporcional à área do estabelecimento, com o mínimo de 6 m<sup>2</sup> para estabelecimentos até 20 lugares, 9 m<sup>2</sup> para estabelecimentos até 40 lugares, 12 m<sup>2</sup> para estabelecimentos até 60 m<sup>2</sup>. Nos estabelecimentos com áreas superiores às indicadas, o espaço de armazenagem deve ser adequado.

### Artigo 94.º

Níveis máximos de ruído admitidos

O licenciamento, informação prévia e comunicação prévia das operações urbanísticas está sujeito às condições especiais relativas ao ruído previstas no Regulamento Geral do Ruído.

### Artigo 95.º

Arrendamento para fins não habitacionais de pré-

dios ou frações não licenciados

O pedido deve ser instruído com os seguintes elementos:

- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela Conservatória do Registo Predial com a indicação das confrontações do prédio em vigor;
- Documento comprovativo da qualidade de titular;
- Plantas de localização à escala 1/25000 ou superior;
- Planta à escala 1:100 com a delimitação do edifício ou fração.

## CAPÍTULO VI

Execução e Conservação

### SECÇÃO I

Execução das operações urbanísticas

#### Artigo 96.º

Comunicação do início das obras

O início da edificação, remodelação de terrenos, obras de urbanização e utilização ou ocupação do solo devem ser comunicadas à câmara municipal com a antecedência mínima de 5 dias úteis.

#### Artigo 97.º

Avisos

1 — Os avisos de obras que, nos termos legais, sejam de afixação obrigatória, devem ser preenchidos com letra legível, revestidos com material impermeável e transparente, bem como mantidos em bom estado de conservação.

2 — Os avisos mencionados no número anterior devem ser colocados a uma altura não superior a 4 m, no plano limite de confrontação com o espaço público ou em local alternativo, mas sempre em condições de ser garantida a sua completa visibilidade do espaço público adjacente.

#### Artigo 98.º

Elementos a disponibilizar no local da obra

No local da obra devem estar disponíveis a cópia do projeto aprovado pela câmara municipal, o alvará de licença ou admissão de comunicação prévia e o livro de obra com o respetivo registo de dados dos RCD - Resíduos de Demolição e Construção, devendo ser facultados à fiscalização sempre que sejam solicitados.

#### Artigo 99.º

Conclusão das operações urbanísticas

1 — A conclusão de quaisquer operações urbanísticas deve ser comunicada à câmara municipal no prazo de 15 dias.

2 — Sem prejuízo do disposto no artigo 59.º do RJUE, o prazo para execução da totalidade das obras de edificação não pode exceder 5 anos.

### SECÇÃO II

Conservação das edificações

#### Artigo 100.º

Obrigações de conservar as edificações

1 — Todos os proprietários são obrigados a manter os seus prédios em perfeito estado de conservação. Caso contrário é, para o efeito, notificado pela câmara municipal. Quando não for cumprido o prazo fixado na notificação para a conclusão das obras, pode a câmara municipal substituir-se ao proprietário como promotora das mesmas, a expensas daquele.

2 — As obras de conservação a que se refere o número anterior são feitas periodicamente e sempre que necessário, abrangendo nomeadamente:

- A reparação, pintura ou caiação de fachadas, empenas e muros de vedação;
- A reparação de coberturas;
- A reparação de tubagens e canalizações;
- A reparação e pintura de caixilharias;
- A reparação e lavagem de cantarias e motivos ornamentais;

- f) A reparação de escadas e acessos;  
 g) A conservação e limpeza de jardins e logradouros;  
 h) As reparações interiores.  
 3 — Quando as obras não forem convenientemente executadas, os responsáveis são intimados a executar-las.

Artigo 101.º

Ruína iminente

- 1 — No caso de um edifício ou parte dele ameaçar ruína iminente e constituir perigo para a segurança do trânsito ou para a saúde pública, a câmara municipal toma as medidas que achar necessárias, incluindo a demolição total ou parcial imediatamente, a expensas do proprietário.  
 2 — No caso de desabamento efetivo de qualquer construção, deve o respetivo proprietário, no prazo de vinte e quatro horas, proceder à remoção dos escombros e efetuar os trabalhos necessários para manter livre a via pública.  
 3 — Se o proprietário não observar o prazo referido no número anterior, a remoção dos escombros e materiais é feita pelos serviços camarários a expensas do proprietário.  
 4 — O disposto nos números anteriores dispensa quaisquer formalidades, nos termos do n.º 7 do artigo 90.º do Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de Outubro, e da lei para o estado de necessidade.

SEÇÃO III

Ocupação de via pública e resguardo das obras

Artigo 102.º

Condições a observar na execução das obras

Durante a execução da obra devem ser observadas as condições gerais constantes neste Regulamento e demais legislação aplicável em vigor, nomeadamente, no que diz respeito à montagem do estaleiro, ocupação e resguardo do espaço público com tapumes, amassadouros, entulhos, depósito de materiais e andaimes, e ainda respeitadas as normas legais e regulamentares sobre segurança e higiene no trabalho.

Artigo 103.º

Ocupação da via pública por motivo de obras

- 1 — A ocupação da via pública com andaimes, materiais ou equipamentos para as obras ou entulhos, está sujeita a licenciamento municipal e ao pagamento das taxas fixadas no Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais.  
 2 — O pedido de ocupação do espaço público deve ser instruído com memória descritiva e justificativa da pretensão e planta de implantação cotada à escala 1:200 ou superior, com indicação da área a ocupar.  
 3 — O prazo da ocupação de espaço público por motivos de obras não pode exceder o prazo fixado nas licenças ou comunicações prévias relativas às obras a que se reportam.  
 4 — No caso de obras não sujeitas a licenciamento ou comunicação prévia ou que delas estejam isentas, a licença de ocupação do espaço público é emitida pelo prazo solicitado pelo interessado.  
 5 — Quando o volume da obra e a sua localização o justifique pode ser ainda exigido o projeto do estaleiro.  
 6 — Concluída a obra devem ser retirados os tapumes e todos os materiais e entulhos depositados no seu interior, no prazo de 10 dias, devendo os resíduos serem transportados a destino final licenciado.  
 7 — Os proprietários das obras são obrigados a reparar prontamente quaisquer danos ocasionados pelas mesmas no espaço público, dentro ou fora dos tapumes, ou em qualquer infra-estrutura ou equipamento urbano.  
 8 — Quando, após notificação para o efeito, o pro-

prietário da obra não promover as reparações dos danos referidos no número anterior, pode a câmara municipal substituir -se -lhe na execução, a expensas do mesmo proprietário.

9 — A câmara municipal pode determinar, a suas expensas, a cessação temporária da ocupação do espaço público, com a conseqüente remoção de tapumes e materiais e posterior reposição, quando tal necessidade se verificar pela celebração de um ato público.

Artigo 104.º

Tapumes

- 1 — Em todas as obras de construção, ampliação, alteração, conservação e reconstrução, confinantes com espaço público é obrigatória a construção de tapumes.  
 2 — Os tapumes devem ser construídos em material resistente, com desenho e execução cuidada, preferencialmente em chapa metálica com a altura uniforme de 2 m, devendo apresentar cores claras e manter -se em bom estado de conservação e de limpeza, particularmente nas juntas.  
 3 — Nos tapumes não podem ser utilizadas madeiras ou chapas metálicas degradadas ou anteriormente utilizadas para outros fins.  
 4 — Fora do tapume é proibida a colocação de gruas ou guindastes, amassadouros, ou depósitos de materiais ou entulhos.  
 5 — Os tapumes devem ser devidamente sinalizados, sendo obrigatória a pintura das cabeceiras com faixas alternadas refletoras, com as cores branca e vermelha, em tramas de 20 cm, alternadamente, ou a colocação de faixas reflectantes adequadas.  
 6 — Quando for admitida a ocupação total do passeio, ou quando desta ocupação resultar uma largura do mesmo inferior a 1 m, devem ser previstos corredores para peões, devidamente vedados, sinalizados e protegidos lateralmente com as dimensões mínimas de 1 m de largura, com exceção dos casos em que os serviços municipais preconizem outra solução.

7 — Nos casos em que a altura do edifício em obras, ou o seu afastamento ao tapume o justifique, deve ser colocada uma pala ou cobertura para o lado exterior do tapume, em material resistente e uniforme, solidamente fixada e inclinada para o interior da obra, a qual deve ser colocada a uma altura superior a 2,5 m em relação ao passeio.

8 — É obrigatória a colocação de pala com as características previstas no número anterior em locais de grande movimento, nos quais não seja possível a construção de tapumes.

9 — Em lotes ou parcelas não ocupados com construções ou com estas em acentuado estado de degradação e abandono, ou ainda no caso de obras interrompidas, pode a câmara municipal exigir a colocação de tapumes de vedação com o espaço público, com as características dos referidos nos números anteriores, ou, fecho dos vãos, ou ainda, outras medidas adequadas, nomeadamente a limpeza e desmatação, de modo a não constituírem perigo para os utentes do espaço público e não ofenderem a estética do local onde se integram.

10 — O não cumprimento do disposto no número anterior, permite à câmara municipal a execução da vedação ou dos adequados trabalhos necessários, debitando todos os custos aos respetivos proprietários.

Artigo 105.º

Amassadouros, entulhos, depósitos de materiais e andaimes

- 1 — É proibido fazer amassadouros diretamente sobre o pavimento construído, devendo recorrer -se à utilização de estrados apropriados.  
 2 — É proibido colocar no espaço público e fora dos limites dos tapumes quaisquer entulhos, materiais da obra ou equipamentos.  
 3 — A descarga de resíduos de obra produzidos

nos diversos pisos para os contentores de inertes deve ser efetuada através de tubos -guia verticais fechados e recebidos em recipiente coberto.

4 — O transporte dos entulhos, provenientes das obras e dos materiais para a execução das mesmas, deve ser efetuado a destino final licenciado e devidamente acondicionado para que não suje arruamentos e percursos.

5 — Os aparelhos de elevação de materiais devem ser localizados de modo a que, na sua manobra, a trajetória de elevação não abranja o espaço público fora dos tapumes, de modo a minimizar o risco de acidente.

6 — Fora dos períodos de trabalho, as lanças das gruas devem sempre que possível, localizar -se dentro do perímetro da obra e estaleiro, mantendo -se os baldes e plataformas de trabalho pousados no solo.

7 — Os andaimes devem ser fixos ao solo e ou às paredes da edificação, sendo proibida a utilização de andaimes suspensos.

8 — Nos casos em que seja permitida a instalação de andaimes sem tapumes, é obrigatória a colocação de uma plataforma ao nível do teto do r/chão de modo a garantir a segurança dos utentes do espaço público.

9 — Os andaimes e as respetivas zonas de trabalho devem ser vedadas com redes de proteção, abrangendo toda a fachada acima do limite superior dos tapumes, de modo a evitar a projeção de quaisquer materiais ou detritos sobre o espaço público.

10 — Os sumidouros devem ser protegidos para evitar a passagem de entulhos que obstruam os coletores das águas pluviais.

CAPÍTULO VII

Disposições Especiais

SEÇÃO I

Fiscalização

Artigo 106.º

Planos de atuação

A atuação da fiscalização pode realizar -se em vários planos, nomeadamente, no plano preventivo e no plano corretivo.

Artigo 107.º

Plano preventivo

Com base na análise de risco o presidente da câmara municipal aprova um plano de ação da fiscalização que assegure, designadamente, a rotatividade das equipas, a cobertura do espaço municipal e a incidência nas áreas de maior risco.

Artigo 108.º

Plano corretivo

Decorrente de ações preventivas a fiscalização atua de modo a corresponder às solicitações efetuadas, designadamente, por outros serviços municipais ou por denúncias de particulares, validando e produzindo informação bastante de suporte a decisões que deva instruir processos a decorrer noutras unidades orgânicas.

Artigo 109.º

Incidência da fiscalização

1 — O exercício da atividade de fiscalização administrativa de operações urbanísticas incide, designadamente, nos seguintes aspetos:

- Verificar a afixação do aviso a publicitar o pedido de licenciamento;
- Verificar a existência do alvará de licença ou admissão de comunicação prévia e a afixação do aviso dando publicidade à emissão do alvará;
- Verificar a existência do livro de obra e a sua conformidade com as normas legais;
- Verificar a conformidade da execução da obra com o projeto aprovado;
- Verificar o licenciamento da ocupação da via pública;
- Verificar o cumprimento da execução da obra no

prazo fixado no alvará de licença ou autorização de construção;

g) Verificar a limpeza do local da obra e a reposição dos equipamentos e infra-estruturas públicas deterioradas ou alteradas em consequência da execução das obras e ou ocupações do espaço público;

h) Verificar se há ocupação de edifícios ou das suas frações autónomas sem licença ou autorização de utilização ou em desacordo com o uso fixado no alvará de licença ou autorização de utilização;

i) Verificar o cumprimento do prazo fixado pelo presidente da câmara municipal ao infrator para demolir a obra e repor o terreno na situação anterior.

2 — Para além do disposto no número anterior, o exercício da atividade de fiscalização administrativa incide, também, nos seguintes aspetos:

a) Verificar o cumprimento do disposto no capítulo II do Decreto-Lei n.º 11/2003, de 18 de Janeiro, relativamente à instalação das infraestruturas de suporte das estações de radiocomunicações e respetivos acessórios;

b) Verificar o cumprimento das disposições relativas à manutenção e inspeção de ascensores, montagens, escadas mecânicas e tapetes rolantes, previstas no Decreto-Lei n.º 320/2002, de 28 de Dezembro, sem prejuízo das competências atribuídas por lei a outras entidades;

c) Verificar o cumprimento das disposições relativas às instalações de armazenamento de combustíveis e de postos de abastecimento de combustíveis não localizados nas redes viárias regionais e nacionais, previstas no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de Novembro, sem prejuízo das competências atribuídas por lei a outras entidades;

d) Verificar o cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, relativo às operações de gestão de resíduos, sem prejuízo das competências atribuídas por lei a outras entidades;

e) Verificar o cumprimento das disposições legais e regulamentares sobre o exercício da atividade industrial, sempre que, a câmara municipal seja a entidade coordenadora do respetivo licenciamento;

f) Verificar o cumprimento de outras disposições legais e regulamentares no âmbito das competências e atribuições do município.

3 — Compreendem-se, ainda, no âmbito da fiscalização administrativa de operações urbanísticas, os seguintes aspetos:

a) Esclarecer e divulgar junto dos munícipes os regulamentos municipais, promovendo uma ação pedagógica que conduza a uma diminuição dos casos de infração;

b) Zelar pelo cumprimento da lei, regulamentos e execução coerciva dos atos administrativos em matéria urbanística;

c) Realizar vistorias e inspeções e promover a realização de exames técnicos;

d) Efetuar notificações pessoais;

e) Realizar embargos administrativos de operações urbanísticas, quando estejam a ser efetuados sem licença, ou em desconformidade com esta, lavrando os respetivos autos;

f) Proceder à elaboração do embargo determinado pelo presidente da câmara municipal e verificar a suspensão dos trabalhos;

g) Obter e prestar informações e elaborar relatórios no domínio da gestão urbanística, nomeadamente participações de infrações sobre o não cumprimento de disposições legais e regulamentares relativas ao licenciamento municipal, sobre o desrespeito de atos administrativos que hajam determinado embargo, a demolição de obras ou a reposição do terreno nas condições em que se encontrava antes da data de início das obras ou trabalhos, para efeitos de instauração de processos de contraordenação e participação do crime de desobediência.

Artigo 110.º

Participação e autos

1 — Sempre que sejam detetadas obras em infração às normas legais ou regulamentares, em violação das condições da licença ou da comunicação prévia, ou em desrespeito por atos administrativos que determinem medidas de tutela da legalidade urbanística devem ser elaborados e remetidos às entidades competentes as participações ou os autos respetivos.

2 — As obras embargadas devem ser regularmente visitadas, para verificação do cumprimento do embargo.

Artigo 111.º

Acesso à obra e prestação de informações

Nas obras sujeitas a fiscalização, de acordo com o n.º 1 do artigo 93.º do RJUE, o titular do alvará de licença ou da comunicação prévia, o técnico responsável pela direção técnica da obra ou qualquer pessoa que execute trabalhos, são obrigados a facultar o acesso à obra aos funcionários municipais incumbidos de exercer a atividade fiscalizadora e prestar-lhes todas as informações de que careçam, incluindo a consulta da documentação necessária ao exercício dessa atividade.

Artigo 112.º

Colaboração de autoridades policiais

Os funcionários e agentes incumbidos do exercício da atividade de fiscalização administrativa de operações urbanísticas, podem solicitar a colaboração das autoridades policiais, sempre que necessitem, para o bom desempenho das suas funções.

SEÇÃO II

Estudos Específicos

Artigo 113.º

Estudo de tráfego

1 — Os projetos, de novos loteamentos ou de operações urbanísticas de que resultem mais de trinta unidades de ocupação, devem demonstrar, através das peças escritas e desenhadas, que foram consideradas convenientes, a adequação da operação urbanística à rede viária existente, interna à parcela e externa envolvente, e o seu contributo para a valorização das mesmas.

2 — Tais estudos podem ser integrados no projeto de loteamento ou no projeto de arquitetura, e devem ter o seguinte conteúdo:

a) Caracterização quantitativa e qualitativa dos fluxos gerados pelo projeto, tendo em conta a ocupação proposta e a possibilidade futura de ocupação;

b) Análise dos pontos de conflito e deficiências preexistentes da circulação na envolvente, incluindo rede viária e estacionamento, bem como deteção das soluções possíveis para a sua resolução;

c) Avaliação das repercussões do novo projeto na rede preexistente;

d) Preconização de disposições internas e externas à parcela a lotear que resolvam as repercussões negativas e contribuam, de imediato e ou a prazo, para a melhoria da rede viária, incluindo a rede pedonal.

3 — A câmara municipal pode condicionar a licença ou comunicação prévia à efetivação das medidas referidas nas alíneas b) e d) do número anterior, no exterior do prédio, sem prejuízo de, a qualquer momento, as poder alterar de acordo com o desenvolvimento urbano verificado.

4 — Sempre que a sua localização o justifique, nomeadamente, quando se situem na proximidade das vias principais, quando se destinem à atividade logística ou indústria de grande capacidade e grandes superfícies comerciais, os projetos devem incluir um estudo de tráfego.

5 — Este estudo de tráfego deve conter elementos que permitam avaliar:

a) A acessibilidade do local em relação ao transporte individual e coletivo;

b) O nível de serviço das vias envolventes;

c) A capacidade de estacionamento no próprio projeto e nas vias que constituam a sua envolvente imediata;

d) O funcionamento das operações de carga e descarga e a área de estacionamento existente e a prevista para as mesmas.

6 — A câmara municipal fornece, a pedido dos interessados, as informações que possua nos seus serviços, pertinentes para a elaboração dos estudos referidos neste artigo.

Artigo 114.º

Instalação de antenas de receção de telecomunicações

1 — Sem prejuízo de zonas que possuam rede de infra-estruturas enterradas, os projetos dos edifícios devem contemplar uma única antena coletiva de TV de cada tipo, devendo ser preservadas as fachadas e interdita a instalação de antenas individuais.

2 — As antenas de operadores de telecomunicações ficam sujeitas às seguintes regras:

a) É interdita a instalação de qualquer antena em edificações;

b) É interdita a instalação de qualquer antena a menos de 1000 m de outra já existente;

c) É interdita a instalação de qualquer antena num raio de 250 m em redor de escolas, hospitais, lares, centros de dia ou de atividades de tempos livres ou creches.

3 — Os projetos de instalação de novas antenas deste tipo incluem, obrigatoriamente, a indicação de outras antenas, eventualmente, implantadas num raio de 1000 m, com indicação das suas características.

4 — Os projetos de instalação de novas antenas deste tipo incluem, obrigatoriamente, a indicação de escolas, hospitais, lares ou centros de dia, centros de atividades de tempos livres ou creches, eventualmente implantadas num raio de 250 m.

5 — O disposto nos números 2, 3, e 4 aplica-se igualmente às antenas de rádio de empresas privadas.

6 — Admitem-se exceções às alíneas a), b) e c) do n.º 2 deste artigo, desde que justificadas por razões técnicas.

7 — Os projetos de infra-estruturas inseridos na zona especial de proteção ao Mosteiro e Igreja Matriz, Espaço Cultural do Reguengo do Fetal, Zona Central de São Mamede e Pia de Urso, devem sempre que possível prever a instalação de rede de telecomunicações enterradas.

Artigo 115.º

Instalação de redes de telecomunicações e distribuição de energia elétrica

1 — Nas novas operações urbanísticas as redes de distribuição de telecomunicações e de energia elétrica em baixa tensão são, sempre que possível, subterrâneas.

2 — É proibida a colocação de quaisquer fios ou cabos da rede elétrica ou telefónica nas fachadas dos edifícios, a menos que conduzidos em caleiras ou tubagens esteticamente integradas na envolvente.

3 — Os postos de transformação são igualmente objeto de licenciamento, onde deve ficar salvaguardado um correto enquadramento com a envolvente e em virtude do seu impacto devem, sempre que possível, ficar integrados nas construções a licenciar.

Artigo 115.º - A

Seguros de responsabilidade civil para instalações de armazenamento e abastecimento de combustíveis

1 — Os montantes dos seguros de responsabilidade civil previstos na legislação aplicável são os seguintes:

a) Projetistas:

i) Instalações com capacidade ≤ 10m3 — 250.000 €

ii) Instalações com capacidade > 10m3 e ≤ 100m3

— 300.000 €

iii) Instalações com capacidade > 100m<sup>3</sup> — 500.000 €  
b) Empreiteiros e responsáveis técnicos pela execução dos projetos:

i) Instalações com capacidade ≤ 10m<sup>3</sup> — 100.000 €

ii) Instalações com capacidade > 10m<sup>3</sup> e ≤ 100m<sup>3</sup> — 500.000 €

iii) Instalações com capacidade > 100m<sup>3</sup> — 750.000 €

c) Titulares da licença de exploração:

i) Instalações com capacidade ≤ 5m<sup>3</sup> — 100.000 €

ii) Instalações com capacidade > 5m<sup>3</sup> e ≤ 15m<sup>3</sup> — 350.000 €

iii) Instalações com capacidade > 15m<sup>3</sup> e ≤ 30m<sup>3</sup> — 750.000 €

iv) Instalações com capacidade > 30m<sup>3</sup> e ≤ 50m<sup>3</sup> — 1.000.000 €

v) Instalações com capacidade > 50m<sup>3</sup> = 1.350.000 €

2 — Para instalações cuja localização envolva elevado risco, os montantes definidos no número anterior são sempre os relativos às instalações de capacidade máxima.

3 — São consideradas situações de elevado risco, designadamente as instalações localizadas a menos de 200 m de estabelecimentos de ensino, estabelecimentos de saúde, lares de terceira idade, edifícios que recebem público e ainda instalações que em caso de acidente possam provocar danos ambientais graves, designadamente os localizados nas proximidades de linhas de água.

## TÍTULO II

Taxas por operações urbanísticas

### CAPÍTULO I

Taxas

#### SEÇÃO I

Isenções e reduções

Artigo 116.º

Isenção e redução

A câmara municipal pode conceder isenção ou redução do pagamento de taxas relativamente às operações urbanísticas nos termos e nas situações contempladas no artigo 20.º do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais.

#### SEÇÃO II

Liquidação e Regime de Pagamento Apreciação

Artigo 117.º

Preparo

A instrução dos atos e operações de natureza administrativa a praticar no âmbito das operações urbanísticas, estão sujeitos ao pagamento de um preparo, previsto no artigo 26.º do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, a cobrar no ato de instrução do pedido de licenciamento, autorização, ou admissão de comunicação prévia, para análise e apreciação dos elementos entregues.

Artigo 118.º

Assuntos administrativos

Os atos e operações de natureza administrativa a praticar no âmbito das operações urbanísticas estão sujeitos ao pagamento de uma taxa prevista no Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais.

#### SEÇÃO III

Taxas pela emissão de alvarás ou admissão de comunicação prévia

Artigo 119.º

Emissão de alvará ou admissão de comunicação prévia de loteamento com ou sem obras de urbanização, obras de urbanização e trabalhos de remodelação de terrenos

1 — Está sujeita ao pagamento de uma taxa fixada no do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, a emissão de admissão da comunicação prévia e alvará de licença de loteamento com ou sem obras de urbanização, a emissão

do alvará de licença ou admissão de comunicação prévia de obras de urbanização e de trabalhos de remodelação dos terrenos.

2 — Em caso de aditamento à admissão da comunicação prévia ou ao alvará de licença é devida uma taxa fixada no Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais.

Artigo 120.º

Emissão de alvará ou admissão de comunicação prévia para obras de edificação e demolição

A emissão do alvará e admissão de comunicação prévia para obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração, reconstrução sem preservação de fachada e demolição está sujeita ao pagamento das taxas fixadas no Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais.

Artigo 121.º

Prorrogações

As prorrogações do prazo de conclusão das obras ficam sujeitas aos adicionais às taxas cobradas, previstos no Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais.

### SEÇÃO IV

Utilização das Edificações

Artigo 122.º

Autorização de utilização e de alteração do uso

A emissão de autorização de utilização está sujeita ao pagamento das taxas fixadas no Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, em função do uso.

Artigo 122.º - A

Autorização de utilização e de alteração do uso

A emissão de títulos, documentos, declarações, comprovativos de admissão de comunicação prévia relativos a pedidos abrangidos pelo Decreto -Lei n.º 48/2011, de 1 de Abril (iniciativa «Licenciamento Zero»), com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei 10/2015 de 16 de janeiro, está sujeita ao pagamento das taxas fixadas no Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, em função do pedido e do uso.

Artigo 123.º

Emissão de alvará de utilização ou suas alterações previstas em legislação específica

1 — A emissão de alvará de utilização ou respetivas alterações relativas, nomeadamente, a estabelecimentos de restauração e de bebidas, estabelecimentos alimentares e não alimentares e serviços sujeitos a legislação específica, bem como os estabelecimentos hoteleiros e meios complementares de alojamento turístico ou outros, está sujeita ao pagamento de uma taxa fixada no Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, variando esta em função do número de unidades de ocupação.

2 — A emissão de documento, certidão ou declaração, com vista a detalhar o uso específico previsto numa autorização de utilização está sujeito ao pagamento de taxa.

### SEÇÃO V

Situações Especiais

Artigo 124.º

Emissão de alvarás de licença parcial

A emissão do alvará de licença parcial na situação referida no n.º 7 do artigo 23.º do Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de Outubro, está sujeita ao pagamento das taxas fixadas do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais.

Artigo 125.º

Deferimento tácito

A emissão do alvará de licença ou admissão de comunicação prévia, nos casos de deferimento tácito do pedido de operações urbanísticas, está sujeita ao pagamento da taxa que seria devida pela prática do respetivo ato expresse.

Artigo 126.º

Renovação

Com exceção dos n.º 1 e n.º 2 do artigo 71.º, nas renovações previstas no artigo 72.º do Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de Outubro, a emissão do alvará ou admissão de comunicação prévia, resultante de renovação da licença ou comunicação prévia, está sujeita ao pagamento das taxas fixadas no capítulo I do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais.

Artigo 127.º

Execução por fases

Em caso de deferimento do pedido de execução por fases, nas situações referidas nos artigos 56.º e 59.º do RJUE, constante do Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de Outubro, a cada fase corresponde um aditamento ao alvará, sendo devidas as taxas respetivas, fixadas no capítulo I do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais.

Artigo 128.º

Licença especial ou admissão de comunicação prévia relativa a obras inacabadas

Nas situações referidas no artigo 88.º do Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de Setembro, a concessão da licença especial ou admissão de comunicação prévia para conclusão da obra está sujeita ao pagamento de uma taxa estabelecida no Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais.

Artigo 129.º

Instalações de armazenamento de combustíveis, postos de abastecimento de combustíveis e áreas de serviço

Pelos atos relativos ao licenciamento de instalações de armazenamento de combustíveis, postos de abastecimento de combustíveis para consumo próprio e público e áreas de serviço a instalar na rede viária municipal, previstos em legislação específica, são devidas as taxas estabelecidas no capítulo I do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais.

Artigo 130.º

Licenciamento industrial

Pelos atos relativos à instalação, alteração e exploração de estabelecimentos industriais são devidas as taxas estabelecidas no capítulo I do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais.

Artigo 131.º

Infra-estruturas de radiocomunicações

Pelos atos praticados no âmbito da autorização municipal relativa à instalação e funcionamento de infra-estruturas de suporte das estações de radiocomunicações e seus acessórios para exploração comercial são devidas as taxas previstas capítulo I do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais.

### CAPÍTULO II

Taxas Pela Realização, Reforço e Manutenção de Infra-Estruturas Urbanísticas

Artigo 132.º

## Âmbito de aplicação

1 — A taxa pela realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas (TMRI) é devida quer nas operações de loteamento quer em obras de construção, sempre que pela sua natureza impliquem um acréscimo de encargos públicos de realização, manutenção e reforço de infra-estruturas e é fixada em função do custo das infraestruturas e equipamentos gerais a executar pela câmara municipal, dos usos e tipologias das edificações de acordo com a fórmula prevista no artigo 27.º do capítulo I do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais.

2 — Na admissão de comunicação prévia relativa a obras de construção não são devidas as taxas referidas no número anterior se as mesmas já tiverem sido pagas previamente aquando do licenciamento ou admissão de comunicação prévia da correspondente operação de loteamento e urbanização.

## Artigo 133.º

Redução pela realização de obras de urbanização

1 — O valor da TMRI pode ser objeto de redução proporcional, sempre que o loteador ou promotor executar, por sua conta, infraestruturas que venha a entregar ao município, designadamente, infraestruturas viárias, redes públicas de saneamento, rede de águas pluviais, redes de distribuição de água para abastecimento, que se desenvolvam para além da área de intervenção objeto de loteamento ou operação urbanística, bem como infra-estruturas que possam vir a servir terceiros, não diretamente ligados àquela operação urbanística.

2 — O valor do montante a reduzir, nos casos em que se verifiquem as situações descritas no número anterior e até ao máximo de 50 % do valor da TMRI, é determinado por avaliação direta das infra-estruturas em causa, mediante requerimento do interessado, previamente à fixação do montante do TMRI, sendo posteriormente abatida ao valor desta.

3 — A renovação da licença ou da comunicação prévia admitida não está sujeita ao pagamento da TMRI.

4 — O cálculo do valor da TMRI não incide sobre as áreas de construção, que no âmbito das respetivas operações urbanísticas sejam objeto de cedência ao município, por compensação ou espécie.

## CAPÍTULO III

### Compensações

#### Artigo 134.º

Áreas para espaços verdes e de utilização coletiva, infra-estruturas viárias e equipamentos

Com exceção das operações de reparcelamento, todos os projetos de loteamento, pedidos de licenciamento ou admissão de comunicação prévia de obras de edificação quando respeitem a edifícios contíguos e funcionalmente ligados entre si que determinem, em termos urbanísticos, impactos semelhantes a uma operação de loteamento, bem como as operações urbanísticas geradoras de impacto relevante, devem prever áreas destinadas à implantação de espaços verdes e de utilização coletiva, infraestruturas viárias e equipamentos.

#### Artigo 135.º

##### Cedências

1 — Os interessados na realização de operações de loteamento urbano cedem, gratuitamente, à câmara municipal, parcelas de terreno para espaços verdes públicos e equipamentos de utilização coletiva e infraestruturas urbanísticas que, de acordo com a lei e licença de loteamento, devem integrar o domínio municipal com a emissão do alvará, devendo a câmara municipal definir no momento da receção, as parcelas afetas aos domínios público e privado do município.

2 — O disposto no número anterior é ainda aplicável, em áreas não abrangidas por operação de loteamento, aos pedidos de licenciamento ou admiss-

ão de comunicação prévia de obras de construção nas situações referidas no artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de Outubro

#### Artigo 136.º

##### Compensação

1 — Se a parcela em causa já estiver dotada de infra-estruturas viárias ou não se justificar a localização de qualquer equipamento ou espaços verdes e de utilização coletiva, não há lugar a cedências para esses fins, ficando, no entanto, o proprietário obrigado ao pagamento de uma compensação ao município.

2 — A compensação pode ser paga em numerário, ou através de dação em cumprimento (nomeadamente lotes, prédios urbanos, edificações ou prédios rústicos).

3 — A câmara municipal pode optar pela compensação em numerário.

#### Artigo 137.º

Cálculo do valor da compensação em numerário nos loteamentos

Para efeito do previsto no n.º 3 do artigo anterior, a compensação obedece à fórmula estabelecida no Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais.

#### Artigo 138.º

Cálculo do valor da compensação em numerário noutras operações urbanísticas

O preceituado no artigo anterior é também aplicável ao cálculo do valor da compensação em numerário nos edifícios contíguos e funcionalmente ligados entre si considerados geradores de um impacto semelhante a loteamentos, bem como nas operações urbanísticas geradoras de impacto relevante, com as necessárias adaptações.

#### Artigo 139.º

Cálculo do valor da compensação da dação em cumprimento

1 — Feita a determinação do montante total da compensação a pagar, se se optar por realizar esse pagamento através da dação em cumprimento, o promotor do loteamento deve apresentar à câmara municipal toda a documentação comprovativa da posse do terreno a ceder, nos seguintes termos:

- Requerimento dirigido ao presidente da câmara municipal onde esclarece a sua proposta, indicando o valor do terreno;
- Planta de localização da parcela;
- Levantamento topográfico da parcela, atualizado e em suporte digital;
- Certidão de registo predial atualizada.

2 — O pedido referido no número anterior é objeto de análise e parecer técnico, que deve incidir nos seguintes pontos:

- Capacidade de utilização do terreno;
- Localização e existência de infra-estruturas;
- A possível utilização do terreno pela autarquia.

3 — Há lugar à avaliação dos terrenos ou imóveis a ceder ao município, e o seu valor é obtido com recurso ao seguinte mecanismo:

- A avaliação é efetuada por uma comissão composta por três elementos, sendo dois nomeados pela câmara municipal e o terceiro pelo promotor da operação urbanística;
- As decisões da comissão são tomadas por maioria absoluta dos votos dos seus elementos.

4 — Quando se verificarem diferenças entre o valor calculado para a compensação devida em numerário e o valor dessa compensação a entregar em espécie, as mesmas são liquidadas da seguinte forma:

- Se o diferencial for favorável ao município, é o mesmo pago em numerário pelo promotor da ope-

ração urbanística;

b) Se o diferencial for favorável ao promotor, é o mesmo entregue pelo município.

5 — Se o valor proposto no relatório final da comissão não for aceite pela câmara municipal ou pelo promotor da operação urbanística, recorra-se a uma comissão arbitral, que é constituída nos termos do artigo 118.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de Setembro.

6 — As despesas efetuadas com o pagamento dos honorários dos avaliadores são assumidas pelo requerente.

7 — O preceituado nos números anteriores é aplicável em edifícios contíguos e funcionalmente ligados entre si considerados geradores de um impacto semelhante a loteamentos e nas operações urbanísticas geradoras de impacto relevante.

#### Artigo 140.º

Compensação por estacionamento deficitário

1 — Quando, nos projetos de arquitetura, se previr uma carência de lugares de estacionamento, tendo em conta os parâmetros definidos nos instrumentos urbanísticos e legislação aplicável, e se verificar a manifesta impossibilidade, por inviabilização da operação ou absoluta falta de espaço, da sua satisfação dentro da parcela, há lugar ao pagamento de uma compensação equivalente à área não cedida correspondente. A compensação obedece à fórmula estabelecida no artigo 29.º do capítulo I do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais.

2 — A câmara municipal pode aceitar a cedência dos espaços necessários e adequados noutra local e de valor equivalente a acordar, caso a caso.

## CAPÍTULO IV

### Disposições Especiais

#### Artigo 141.º

##### Informação prévia

O pedido de informação prévia no âmbito de operações de loteamento ou obras de construção está sujeito ao pagamento das taxas fixadas no capítulo I do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais.

#### Artigo 142.º

##### Vistorias

A realização de vistorias por motivo da realização de obras, está sujeita ao pagamento de uma taxa fixada no capítulo II do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais.

#### Artigo 143.º

##### Operação de destaque

O pedido de emissão da certidão relativa ao destaque, está sujeito ao pagamento de uma taxa prevista no capítulo I do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais.

#### Artigo 144.º

##### Receção de obras de urbanização

Os atos ou autos de receção provisória e definitiva de obras de urbanização estão sujeitos ao pagamento de uma taxa prevista no capítulo I do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais.

## CAPÍTULO V

### Disposições finais e complementares

#### Artigo 145.º

##### Sanções

1 — A instrução dos processos de contra-ordenação e a aplicação das coimas previstas no presente capítulo são da competência do presidente da câmara municipal.

2 — Sem prejuízo do disposto na demais legislação



aplicável, nomeadamente no artigo 98.º do RJUE, constitui contra -ordenação as seguintes infrações ao disposto no presente Regulamento:

- a) O não cumprimento, por parte dos responsáveis técnicos dos projetos, das obrigações previstas no artigo 6.º;
  - b) A violação do disposto no artigo 10.º, sob a epígrafe “Estimativa orçamental das obras”;
  - c) Falta de comunicação prévia à câmara municipal da realização das obras isentas de controlo prévio exigida no artigo 15.º;
  - d) Falta de comunicação prévia à câmara municipal da realização das obras de escassa relevância exigida no n.º 6 do artigo 16.º;
  - e) A infração ao artigo 35.º que define as condições de execução de muros e vedações;
  - f) A violação do disposto no artigo 38.º, sob a epígrafe “Postos de transformação”;
  - g) A violação do disposto no artigo 39.º, sob a epígrafe “Impermeabilização de logradouro de edificações”;
  - h) A violação do disposto no artigo 40.º, sob a epígrafe “Empenas laterais”;
  - i) A violação do disposto no artigo 41.º, sob a epígrafe “Corpos balanceados”;
  - j) A violação do disposto no artigo 42.º, sob a epígrafe “Saliências”;
  - k) A violação do disposto no artigo 43.º, sob a epígrafe “Colocação de equipamentos nas fachadas e coberturas dos edifícios”;
  - l) A violação do disposto no artigo 44.º sob a epígrafe “Tubos de queda e caleiras”;
  - m) A violação do disposto no artigo 45.º sob a epígrafe “Acesso e estacionamento”;
  - n) A violação do disposto no artigo 46.º sob a epígrafe “Estacionamento coberto”;
  - o) A violação do disposto no artigo 62.º sob a epígrafe “Obras de urbanização em procedimento de comunicação prévia”;
  - p) Falta de comunicação à câmara municipal do início das obras exigida no artigo 96.º;
  - q) A não colocação dos avisos nos termos exigidos pelo artigo 97.º;
  - r) A não disponibilização no local da obra dos elementos previstos no artigo 98.º;
  - s) A violação do disposto no n.º 1 do artigo 99.º, sob a epígrafe “Conclusão das operações urbanísticas”;
  - t) A violação do disposto no n.º 2 do artigo 103.º, sob a epígrafe “Conclusão das operações urbanísticas”;
  - u) O não cumprimento da obrigação de retirar os tapumes e todos os materiais e entulhos depositados no interior da obra, prevista no n.º 6 do artigo 103.º;
  - v) O não cumprimento da obrigação de reparar os danos ocasionados na via pública ou em qualquer infra -estrutura ou equipamento urbano, exigida no n.º 7 do artigo 103.º;
  - w) A violação do disposto no artigo 104.º, sob a epígrafe “Tapumes”;
  - x) A violação do disposto no artigo 105.º, sob a epígrafe “Amassadouros, entulhos, depósitos de materiais e andaimes”;
  - y) A recusa ilegítima de acesso à obra ou a obstrução inspetiva da fiscalização, nos termos previstos no artigo 111.º;
  - z) A violação das condições de instalação das antenas exigidas no artigo 114.º;
  - aa) A violação das condições de instalação de redes de telecomunicações e distribuição de energia elétrica, previstas nos n.º 2 e n.º 3 do artigo 115.º;
- 3 — As contra -ordenações previstas nas alíneas c), d), q), r), s), t), u), z) e aa), do número anterior são puníveis com uma coima graduada entre o mínimo de 100 € e o máximo de 2500 €, no caso de pessoa singular, ou entre o mínimo de 250 € e o máximo de 20000 €, no caso de pessoa coletiva.
- 4 — As contra -ordenações previstas nas alíneas a), b), e), f), g), h), i), j), l), m), n), o), p), v), x), do n.º 2 são puníveis com uma coima graduada entre o mínimo de 200 € e o máximo de 3500 €, no caso de pessoa

singular, ou entre o mínimo de 500 € e o máximo de 30000 €, no caso de pessoa coletiva.

5 — As contra -ordenações previstas nas alíneas bb), cc), dd) do n.º 2 são puníveis com uma coima graduada entre o mínimo de 500 € e o máximo de 4000 €, no caso de pessoa singular, ou entre o mínimo de 1000 € e o máximo de 40000 €, no caso de pessoa coletiva.

6 — A reincidência, intenção e o dolo são circunstâncias agravantes.

7 — A negligência e a tentativa são puníveis.

8 — Em caso de negligência, o limite mínimo da coima aplicável é reduzido para metade. A reincidência, intenção e o dolo são circunstâncias agravantes.

9 — O produto da aplicação das coimas referidas no presente artigo reverte para o município, inclusive quando as mesmas sejam cobradas em juízo.

#### Artigo 146.º

##### Direito subsidiário

Em tudo o que não estiver especialmente previsto no presente Regulamento aplica -se subsidiariamente em matéria financeira e tributária o disposto na lei da Finanças Locais, na lei geral tributária e no Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor no Município da Batalha.

#### Artigo 147.º

##### Dúvidas e omissões

Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na interpretação e aplicação do presente Regulamento, que não possam ser resolvidas pelo recurso aos critérios legais de interpretação e integração de lacunas, são submetidas para decisão dos órgãos competentes, nos termos do disposto na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei 75/2013, de 12 de Setembro.

#### Artigo 148.º

##### Norma revogatória

São revogadas todas as disposições regulamentares anteriores sobre a matéria agora regulada, ou que a ela sejam contrárias.

#### Artigo 149.º

##### Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor 15 dias após a sua publicação no Diário da República, no entanto as disposições do presente regulamento que pressupõem a existência do «Balcão do Empreendedor» só produzem efeitos à data da sua entrada em funcionamento no Município da Batalha.

## MUNICÍPIO DA BATALHA

### Aviso

#### Proposta de alteração ao Regulamento das Piscinas Municipais da Batalha

Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos, Presidente da Câmara Municipal da Batalha torna público que, por deliberação da Assembleia Municipal tomada em 29/06/2016 (ponto 5), sob proposta da Câmara Municipal em reunião ordinária realizada em 13/06/2016 (Del. 2016/0265/G.A.P.), foi aprovada a proposta de alteração ao Regulamento das Piscinas Municipais da Batalha.

Neste sentido, e dando cumprimento ao estatuído nos números 1 e 2 do artigo 101.º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, submete-se a proposta de alteração ao citado Regulamento a consulta pública, por um período de 30 dias úteis, para recolha de sugestões, documento que a seguir se republica.

Paços do Concelho da Batalha, 30 de junho de 2016

O Presidente Câmara Municipal da Batalha,  
a) Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos.

#### Regulamento das Piscinas Municipais da Batalha

##### Índice

##### Preâmbulo

##### Capítulo I – Disposições Gerais

##### Artigo 1º - Instalações

##### Artigo 2º - Objeto e Finalidade

##### Artigo 3º - Propriedade e Gestão

##### Artigo 4º - Direção Técnica 4

##### Capítulo II – Do Funcionamento

##### Artigo 5º - Período de Funcionamento

##### Artigo 6º - Horário

##### Artigo 7º - Natureza das Atividades

##### Artigo 8º - Escola de Natação

##### Artigo 9º - Utilização Livre

##### Capítulo III – Condições de Ingresso e Utilização

##### Artigo 10º - Direito de Admissão

##### Artigo 11º - Inscrição e Acesso

##### Artigo 12º - Normas de Acesso e Utilização

##### Artigo 13º - Seguros

##### Artigo 14º - Regime de Preços

##### Artigo 15º - Pagamento

##### Capítulo IV – Sanções

##### Artigo 16º - Sanções

##### Capítulo V – Disposições Finais

##### Artigo 17º - Extravio de Valores ou Bens

##### Artigo 18º - Danos ou Prejuízos

##### Artigo 19º - Responsabilidade Civil e Criminal

##### Artigo 20º - Interdições

##### Artigo 21º - Qualificação dos Técnicos

##### Artigo 22º - Livro de Reclamações

##### Artigo 23º - Recolha de Imagens

##### Artigo 24º - Dados Pessoais 11

##### Artigo 25º - Dúvidas e Omissões

#### Regulamento das Piscinas Municipais da Batalha

##### PREÂMBULO

As Piscinas Municipais da Batalha constituem um importante equipamento desportivo que visa proporcionar aos seus utentes a prática de atividades aquáticas e a melhoria da condição física e psíquica, bem como promover a qualidade de vida dos cidadãos, aliando a prática desportiva às vertentes de lazer e tempos livres e à promoção da saúde. O presente regulamento, obedece aos requisitos enunciados no Decreto-Lei n.º 385/99, de 28 de Setembro, contendo as normas de funcionamento das Piscinas e as regras a observar pelos utentes.

##### CAPÍTULO I

##### DISPOSIÇÕES GERAIS

##### Artigo 1.º

##### INSTALAÇÕES

1. O presente regulamento estabelece as normas de funcionamento e as condições de utilização das Piscinas Municipais da Batalha, adiante designadas por Piscinas, que inclui as seguintes instalações:

- a) Uma Piscina coberta e aquecida, de 25,00 m de comprimento por 12,50 m de largura, com profundidade de 1,10 m nos topos e 1,80 m na zona central. Tem 6 pistas de 2,00 m de largura, cada uma com o respetivo bloco de partida;
- b) Uma Piscina coberta e aquecida, de 12,50 m de comprimento e 6,00 m de largura, com profundidade progressiva de 0,60 m até 01,00 m, no sentido do comprimento;
- c) Dois vestiários/balneários para os utentes (masculino e feminino) com os respetivos compartimentos para deficientes motores, zona de guarda-roupa, dois vestiários/balneários para monitores

(masculino e feminino), um gabinete de enfermagem e uma bancada fixa.

d) Zona de serviços constituída por Hall de entrada, receção/secretaria, gabinete de Administração, dois sanitários (masculino e feminino) e um bar;

e) Zona técnica de acesso reservado, constituída por casa das máquinas, com equipamentos de tratamento e aquecimento da água e do ar, e zona de arrumos/armazém.

## Artigo 2.º

### OBJECTO E FINALIDADE

As Piscinas destinam-se à prática da nataçã e atividades aquáticas, nomeadamente a adaptaçã ao meio aquático, iniciaçã, aprendizagem, aperfeiçoamento, manutençã, treino e desenvolvimento de atividades desportivas promotoras da saúde e bem-estar dos seus utentes.

## Artigo 3.º

### PROPRIEDADE E GESTÃO

1. As Piscinas sã propriedade da Câmara Municipal da Batalha.

2. A empresa local ISERBATALHA – Gestã de Equipamentos e Serviços de Interesse Geral, E.M., é a entidade responsável pela gestã, administraçã e manutençã das Piscinas, sendo adiante designada por entidade gestora.

## Artigo 4.º

### DIREÇÃO TÉCNICA

1. As Piscinas têm um Diretor Técnico nomeado pela entidade gestora, responsável pela coordenaçã técnica das instalações das Piscinas.

2. A entidade gestora obriga-se à inscriçã do diretor técnico no Instituto do Desporto e Juventude (IPDJ), satisfazendo os requisitos exigidos legalmente pela Lei nº 39/2012, de 28 de agosto e pelo Decreto-Lei nº 141/2009, de 14 de Junho, na redaçã que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 110/2012, de 21 de maio, ou outro diploma legal que venha a entrar em vigor.

## CAPÍTULO II

### DO FUNCIONAMENTO

#### Artigo 5.º

##### PERÍODO DE FUNCIONAMENTO

1. As Piscinas funcionam todos os dias, exceto aos domingos e feriados.

2. As Piscinas encerram no mês de agosto, durante o qual decorrem as operações de manutençã e reparaçã.

3. A entidade gestora reserva-se o direito de alterar o período e os dias de funcionamento das Piscinas e/ou de interromper temporariamente o seu funcionamento, sempre que, por motivos de ordem técnica, ou outros devidamente fundamentados, se revele estritamente necessário.

4. Sempre que se prevejam alterações ao referido período de funcionamento ou a interrupçã temporária do funcionamento das Piscinas, os utentes devem ser avisados atempadamente.

5. Caso se registem interrupções no funcionamento das Piscinas, que impliquem cancelamento das atividades organizadas em turmas, estas serã repostas ou compensadas.

6. O período de abertura e encerramento das Piscinas poderã ser ajustado, face às necessidades de funcionamento, devendo ser afixado aviso de encerramento no local e comunicado à Câmara Municipal da Batalha.

## Artigo 6.º

### HORÁRIO

1. As Piscinas devem observar o seguinte horário:

a) Serviços de Secretariado/Atendimento ao Público: de segunda a sexta-feira, das 15:30 às 22:00 horas, e aos sábados das 09:00 às 12:30 horas.

b) Utilizaçã das Piscinas: de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 23:00 horas, e aos sábados das 09:00 às 13:00 e das 16:00 às 20:00 horas.

2. Todos os utentes das Piscinas têm de respeitar os horários de entrada e saída.

3. Quando se realizem competições ou outros eventos, o horário definido na alínea b) do nº 1, poderã ser pontualmente reajustado.

## Artigo 7.º

### NATUREZA DAS ATIVIDADES

1. As atividades a realizar nas Piscinas, têm enquadramento como:

a) Escola de Nataçã: para os utentes inscritos em turmas e com coordenaçã técnico-pedagógica especializada;

b) Utilizaçã livre: para o público em geral e sem coordenaçã técnico-pedagógica;

2. Poderã ser definidas outras atividades, no respeito das regras de utilizaçã constantes no presente Regulamento.

## Artigo 8.º

### ESCOLA DE NATAÇÃO

1. A entidade gestora assume o funcionamento da Escola de Nataçã, cujas atividades sã orientadas por professores/técnicos devidamente habilitados.

2. A Escola de Nataçã funciona nos meses de outubro a junho de cada ano, sendo o respetivo calendário de atividades definido nos meses de julho a setembro.

3. A Escola de Nataçã obedece às condições e horários de utilizaçã e aos critérios técnico-pedagógicos definidos para cada turma.

4. Os alunos ingressam na turma adequada ao seu nível técnico, escalã etário e/ou desenvolvimento psicofisiológico.

## Artigo 9.º

### UTILIZAÇÃO LIVRE

1. No regime de utilizaçã livre, o utente dispõ de um período de cinquenta minutos correspondente a um bilhete de ingresso, e de quinze minutos no balneário para mudar de roupa, antes e depois da respetiva atividade.

2. Os utentes do regime livre podem utilizar material didático de apoio (rolo, pullbuoy, prancha, flutuadores), responsabilizando-se pelo bom uso do material requisitado e sua guarda no armário do cais da piscina.

3. O material didático a utilizar, deverã ser requisitado e devolvido ao pessoal de serviços, no estado de conservaçã em que foi entregue. Qualquer estrago proveniente da má utilizaçã do mesmo, serã da inteira responsabilidade do requisitante.

## CAPÍTULO III

### CONDIÇÕES DE INGRESSO E UTILIZAÇÃO

#### Artigo 10.º

##### DIREITO DE ADMISSÃO

A admissã às Piscinas é aberta a qualquer cidadão, condicionada ao cumprimento das regras de higiene e segurança das Piscinas, normas de funcionamento e registo de inscriçã.

## Artigo 11.º

### INSCRIÇÃO E ACESSO

1. A utilizaçã das Piscinas obriga a prévia inscriçã nos serviços de secretaria, mediante apresentaçã dos seguintes documentos:

a) Ficha de Inscriçã a fornecer pelas Piscinas, que deverã ser devidamente assinada pelo utilizador;

b) Termo de Autorizaçã para utilizaçã das Piscinas por parte de menores, a subscrever pelo encarregado de educaçã, quando aplicável;

c) Declaraçã médica ou termo de responsabilidade, indicando que não tem quaisquer contra indicações para a prática de atividades físicas e desportivas;

d) Termo de responsabilidade a prestar pelo utilizador ocasional, quando aplicável.

2. O ato de inscriçã fica sujeito a pagamento de um valor inscrito na tabela de preços.

3. A inscriçã confere o direito ao utilizador de atribuiçã de cartã, o qual deverã ser apresentado em cada ingresso.

4. O ato de renovaçã de inscriçã para utentes das escolas de nataçã, fica condicionado à:

a) Regularizaçã dos pagamentos em atraso;

b) Inexistência de interrupções não justificadas relativamente à época anterior.

5. A renovaçã de inscriçã em cada época para utilizadores em regime livre, fica sujeita à verificaçã da existência de, pelo menos, 50 ingressos na época anterior.

6. A inscriçã e a renovaçã da inscriçã, o seguro, a mensalidade e a obtençã de uma segunda via do cartã de utente, implicam o pagamento de um valor pecuniário em montante definido na tabela de preços.

## Artigo 12.º

### NORMAS DE ACESSO E UTILIZAÇÃO

1. O acesso aos tanques das piscinas, apenas é permitido aos utentes devidamente inscritos, dentro dos horários correspondentes à sua categorizaçã, na qualidade de utilizadores das escolas de nataçã ou utilizadores em regime livre.

2. O utente deve apresentar o seu cartã, para aceder aos tanques e balneários.

3. Os alunos só poderã entrar na água, com a presença do professor responsável pela turma, ou no caso de falta deste, de outro que o substitua.

4. O acompanhamento das crianças, por um adulto, no decorrer das aulas, só é autorizado nas classes de bebês/nataçã com acompanhante.

5. Não é permitida a utilizaçã de vestiário/balneário ou sanitários destinados a um determinado sexo/gênero, por pessoas de sexo/gênero oposto.

6. As crianças até seis anos de idade deverã utilizar o balneário do sexo/gênero do adulto acompanhante.

7. A todos os utentes é exigido o uso de vestuário adequado à prática da Nataçã, sendo obrigatório o uso de calçã de nataçã (masculino) e fato de nataçã (feminino), touca e chinelos.

8. É obrigatório o uso de chinelos limpos e em bom estado de conservaçã, na zona de pé descalço/cais.

9. A regra prevista no número anterior não se aplica ao pessoal de serviços. Neste caso, o calçã a utilizar deverã ser de uso exclusivo na piscina.

10. É obrigatório passar pelo lava-pés e tomar duche antes de entrar na água das Piscinas.

11. Não é permitido usar cremes, óleos ou quaisquer outros produtos suscetíveis de prejudicar a qualidade da água.

12. Não é permitido colocar na água das Piscinas qualquer material ou brinquedo que não seja da sua propriedade.

13. Não é permitido comer e/ou beber nas zonas dos tanques e vestiários/balneários.

14. Não é permitido fumar em qualquer espaço das Piscinas.

15. É proibida a entrada e/ou permanência de animais dentro das instalações das Piscinas, à exceçã de cães-guia que acompanhem inuisuais.

16. Não é permitido correr nos cais das Piscinas, mergulhar em corrida ou perturbar de qualquer modo os demais utentes.

17. Deve ser observado o maior cuidado na forma de saltar para a água, especialmente na utilizaçã dos blocos de partida.

18. A entrada nas piscinas deve ser de forma a não perturbar quem já se encontra dentro de água, e a saída deve efetuar-se sempre pelas escadas existentes para o efeito.

19. A piscina não se responsabiliza pelo extravio

de objetos pessoais dos utentes ou valores que não sejam declarados ao funcionário de serviço ao “guarda-roupa”.

20. Será recusada a admissão ou permanência na Piscina a quem pelo seu comportamento, atitudes, condições higiénicas e/ou estado de saúde, seja suscetível de perturbar a normal fruição do espaço e equipamentos pelos outros utentes.

21. Sempre que o pessoal de serviço às piscinas verifique que algum utente apresenta inflamações, doenças de pele, dos olhos, do nariz ou ouvidos, lesões abertas ou outro estado sanitário, que fundamentalmente se afigure suscetível de colocar em risco a qualidade da água e as condições de higiene e salubridade dos equipamentos de utilização coletiva, e que, por isso, configure perigo para os demais utentes, poderão excluí-los do uso das piscinas e bem assim do uso dos balneários e vestiários, sem prejuízo de o utente o demonstrar.

22. Os utentes deverão seguir, rigorosamente, as instruções que são dadas pelo pessoal em serviço, no absoluto respeito pelas normas vigentes, sob pena de medida disciplinar.

23. Qualquer utente ou espectador que desrespeite as normas deste regulamento, poderá ser proibido de entrar na piscina por tempo a determinar.

24. O não cumprimento dos deveres e obrigações fundamenta a expulsão das instalações.

25. Qualquer dano nos equipamentos imóveis ou móveis que se prove ter sido causado voluntariamente, é da responsabilidade de quem o praticar.

26. Eventuais reclamações e/ou sugestões dos utentes devem ser apresentadas por escrito, devidamente identificadas.

27. Antes de mudarem de roupa nos vestiários/balneários, os utentes deverão munir-se de uma cruzeta, disponível na entrada do vestiário/balneário, para nela colocarem a sua roupa e a deixarem na zona de “Guarda-roupa”, durante o período de tempo de prática desportiva.

28. Depois de mudar de roupa, o utente não pode deixar no vestiário/balneário qualquer pertence. À saída deverá recolocar a cruzeta no lugar inicial.

29. É proibido aos utentes mudarem de roupa ou tomarem banho noutra local diferente dos vestiários/balneários.

30. Cada utente terá acesso a uma chave de cacifo pela qual será responsável durante o tempo de prática. A perda da chave de cacifo implica o pagamento de € 25,00.

#### Artigo 13.º

#### NORMAS DE UTILIZAÇÃO PARA AS ESCOLAS E OUTRAS ENTIDADES

1. Poderão ser celebrados protocolos de utilização dos equipamentos desportivos objeto do presente Regulamento com escolas e outras instituições, com a duração de um ano letivo ou uma época desportiva.

2. O pedido de utilização regular será formulado em impresso próprio, o qual deve ser enviado para a Câmara Municipal até 31 de maio de cada ano.

3. Será salvaguardada a seguinte hierarquia de prioridades:

- Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico Oficial;
- Escolas do ensino Pré-escolar Oficial;
- Restantes estabelecimentos de ensino;
- Entidades de natureza sociocultural e de solidariedade social;
- Outras entidades com sede na área do Município da Batalha.

4. O processo respeitante às escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico oficial será elaborado pela Câmara Municipal da Batalha que articulará os transportes escolares de acordo com as suas competências.

5. As entidades protocoladas são responsáveis por qualquer degradação do material, provocada pelos utentes integrados nas suas atividades.

6. As entidades que aluguem tempos e espaços

de utilização realizarão obrigatoriamente para os utentes da sua responsabilidade um seguro de acidentes pessoais.

7. O seguro de acidentes pessoais deve cobrir um montante por morte ou invalidez de valor igual (ou superior) ao estabelecido pela Câmara Municipal da Batalha e um montante para despesas médicas.

8. As características do seguro realizado devem constar do protocolo celebrado entre a Câmara Municipal da Batalha e a entidade.

9. Qualquer desrespeito pelas normas definidas no presente regulamento ou no protocolo pode levar à imediata anulação deste.

#### Artigo 14.º

#### SEGUROS

1. Todos os utilizadores das Piscinas beneficiam de seguro de acidentes pessoais, enquadrado na Lei n.º 5/2007 de 16 de Janeiro, em conjugação com Lei n.º 39/2012, de 28 de agosto e do Decreto-lei n.º 10/2009 de 12 de Janeiro, ou de outro dispositivo legal que venha a vigorar.

2. A apólice do seguro será disponibilizada, para consulta, na secretaria das Piscinas sempre que qualquer utente o solicitar.

#### Artigo 15.º

#### REGIME DE PREÇOS

1. Os preços de utilização são os constantes na tabela de preços anexa a este Regulamento.

2. Aos eventos de âmbito formativo, de lazer, competitivo ou outro, não se aplica a tabela de preços constante no anexo. Para estes, os valores a aplicar dependerão de orçamentação.

3. Após o pagamento, os utentes terão direito ao respetivo recibo de quitação.

#### Artigo 16.º

#### PAGAMENTO

1. A inscrição e frequência da piscina está sujeita a pagamento, nos termos fixados no Anexo 1 ao presente.

2. Os pagamentos deverão ser realizados até ao dia 8 de cada mês, ou até ao primeiro dia útil seguinte, quando aquele o não for.

3. Atrasos no pagamento superiores a trinta dias, pode incorrer no acréscimo de 5% ao valor da mensalidade.

4. Atrasos no pagamento superiores a 60 dias, pode determinar a interdição no acesso às Piscinas e suspensão da inscrição, mediante avaliação circunstanciada das razões que conduziram a tal facto, com base na apresentação de justificação.

5. O retorno à atividade fica condicionado ao pagamento da(s) mensalidade(s) em atraso e à existência de vaga nas Piscinas.

6. O pedido de devolução ou de acertos no valor da mensalidade, só serão aceites mediante justificação fundamentada e devidamente aceite e/ou com base em atestado médico, quando se trate de situação de doença. Nestes casos, os utentes só poderão ser ressarcidos do valor da mensalidade se não tiverem usufruído do serviço.

7. Os valores pagos referentes ao seguro e inscrição não podem ser devolvidos.

8. Caso o utente não frequente, por qualquer razão, as aulas pagas num determinado período, o respetivo pagamento não pode servir para compensação de outro.

9. No horário livre/público, estão isentos de pagamento de taxa de utilização os seguintes utilizadores:

- Crianças com idade inferior a cinco anos;
- Convidados integrados em visitas ou programas pontuais organizados pelo Município.

10. No horário livre/público, encontram-se abrangidos por desconto de 50% no pagamento da taxa de utilização, os seguintes utilizadores:

- Portadores de cartão Sénior Municipal;
- Portadores de deficiência com grau de incapacidade reconhecido de 60% ou mais, devidamente

comprovada por documento idóneo.

11. O desconto previsto no número anterior não poderá ser acumulado com outros eventualmente em vigor.

#### CAPÍTULO IV

#### SANÇÕES

#### Artigo 17.º

#### SANÇÕES

1. O incumprimento do disposto neste regulamento e a prática de atos contrários às ordens legítimas do pessoal de serviço nas Piscinas, dá origem, conforme a gravidade do caso, à aplicação de sanções que podem consubstanciar-se na repreensão verbal ou interdição de acesso às mesmas.

2. A proposta de aplicação da sanção de interdição, deverá ser comunicada superiormente pelo responsável técnico das Piscinas à administração da entidade gestora que, mediante análise das suas circunstâncias e audição das partes, deverá comunicá-la, por escrito, ao utente.

3. A aplicação das sanções referidas nos números anteriores não exclui a obrigação do utente assumir o pagamento de todos os prejuízos e danos materiais que tenham ocorrido, por força da sua conduta, ainda que negligente.

4. A aplicação das sanções referidas no número 1 não confere ao utente o direito à devolução dos valores já pagos.

#### CAPÍTULO V

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

#### Artigo 18.º

#### EXTRAVIO DE VALORES OU BENS

A entidade gestora não se responsabiliza pelo desaparecimento, extravio ou deterioração de quaisquer valores ou bens pertencentes aos utentes, quando deixados noutra local diferente do “Guarda-roupa” e/ou não declarado ao(à) funcionário(a) de serviço.

#### Artigo 19.º

#### DANOS OU PREJUÍZOS

Os utentes são responsáveis pelos danos, prejuízos ou furtos que provoquem nos equipamentos e nas instalações das Piscinas.

#### Artigo 20.º

#### RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL

Independentemente da verificação de ilícito criminal, os danos, furtos e extravios causados aos bens do património municipal serão reparados ou substituídos a expensas do causador, pelo valor real, incluindo os gastos com a sua aquisição, transporte, colocação e demais encargos emergentes.

#### Artigo 21.º

#### INTERDIÇÕES

1. Nas instalações das Piscinas é expressamente proibido:

- Urinar e/ou defecar fora dos urinóis e/ou sanitas;
- Cuspir ou assoar-se para a água das piscinas ou pavimentos;
- A entrada de crianças, em regime de utilização livre, com idade inferior a 12 anos, quando não acompanhadas pelos pais, encarregados de educação ou adulto responsável;
- Utilizar objetos de adorno ou cortantes;
- Fumar, comer ou tomar bebidas, à exceção de água nos balneários e/ou na zona do cais das Piscinas;
- O acesso e permanência de pessoas estranhas ao serviço nas áreas técnicas;
- A permanência nas escadas de entrada/saída das piscinas;
- Saltar para a água, correr na zona do cais ou apresentar comportamentos inadequados;
- Projetar propositadamente água para o exterior das piscinas;

- j) Utilizar bóias, colchões, barbatanas, bolas, pranchas, brinquedos ou outro material estranho às Piscinas;
- k) Praticar jogos não organizados ou monitorizados;
- l) Desrespeitar os funcionários das piscinas e/ou as disposições constantes do presente regulamento;
- m) Mudar e depositar roupa ou calçado fora das áreas destinadas a esse efeito;
- n) Captar imagens sem autorização do responsável das Piscinas.
- o) A entrada aos utentes que apresentem alterações de comportamento indiciadoras de estarem perturbados;
- p) A permanência aos utentes que provoquem distúrbios e afectem o normal funcionamento das Piscinas;
- q) A entrada de animais, exceto cães-guia que acompanhem invisuais.

## Artigo 22º

### QUALIFICAÇÃO DOS TÉCNICOS

Todos os colaboradores que desempenhem funções técnico-pedagógicas, de orientação e condução das atividades nas Piscinas, deverão estar devidamente habilitados de acordo com as normas regulamentares aplicáveis para o exercício da atividade.

## Artigo 23º

### LIVRO DE RECLAMAÇÕES

As Piscinas dispõem de “Livro de Reclamações” de acordo com a legislação em vigor.

## Artigo 24º

### RECOLHA DE IMAGENS

A recolha de imagens no interior e exterior das instalações da piscina, será feita obrigatoriamente nos termos e estrito cumprimento da Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro, alterada pela Lei n.º 103/2015, de 24/08.

## Artigo 25º

### DADOS PESSOAIS

Os dados pessoais dos utentes destinam-se exclusivamente ao tratamento informático para apoio administrativo e é feito de acordo com a legislação em vigor.

## DÚVIDAS E OMISSÕES

### Artigo 26º

As dúvidas e omissões do presente regulamento serão resolvidas pela entidade gestora.

## MUNICÍPIO DA BATALHA

### Aviso

Proposta de alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais

Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos, Presidente da Câmara Municipal da Batalha torna público que, por deliberação da Assembleia Municipal tomada em 29/06/2016 (ponto 6), sob proposta da Câmara Municipal em reunião ordinária realizada em 13/06/2016 (Del. 2016/0266/G.A.P.), foi aprovada a proposta de alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais.

Neste sentido, e dando cumprimento ao estatuído nos números 1 e 2 do artigo 101.º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, submete-se a proposta de alteração ao citado Regulamento a consulta pública, por um período de 30 dias úteis, para recolha de sugestões, documento que a seguir se publica.

Paços do Concelho da Batalha, 30 de junho de 2016

O Presidente Câmara Municipal da Batalha,

a) Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos.

Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais

### Preâmbulo

O presente Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais foi atualizado em conformidade com as recentes alterações legislativas decorrentes da entrada em vigor do novo Regime Financeiro das Autarquias e das Comunidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação; do Regime das Taxas das Autarquias Locais fixado na Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, na redação dada pela Lei n.º 117/2009, de 29 de dezembro; do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, por sua vez retificado pela Retificação n.º 46-A/2014, de 10 de novembro; do Regime Jurídico de Regularização e de Alteração de Atividades, consignado no Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, o Decreto-Lei n.º 85/2015, de 21 de maio, que estabelece o regime jurídico aplicável aos mercados locais de produtores, assim como do regime jurídico das atividades comerciais e de serviços, enquadrado no Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro.

No regime geral das taxas das autarquias, o legislador consagra, de forma expressa, diversos princípios que constituem a estrutura matricial de uma qualquer relação tributária e que há muito já haviam sido acolhidos pela melhor doutrina, atento o enquadramento de natureza constitucional atualmente vigente, designadamente os princípios da justa repartição dos encargos e da equivalência jurídica, sempre sob enfoque conformador do princípio da proporcionalidade e da sua adequação às condições socioeconómicas do Município.

O regulamento contém os elementos exigidos pela legislação em vigor, aquele diploma, indicando a base de incidência objetiva e subjetiva das taxas, o seu valor ou a fórmula de cálculo, a fundamentação económico-financeira, as isenções e a sua fundamentação, o modo de pagamento e outras formas de extinção da prestação tributária admitidas e a admissibilidade do pagamento em prestações.

O projeto de Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais foi submetido a consulta pública, para recolha de sugestões pelo período de 30 dias úteis, tendo sido publicado no [ ] e publicitado na página oficial do Município da Batalha, dando-se assim cumprimento ao estatuído no artigo 101.º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

### Título I

#### REGULAMENTO

#### CAPÍTULO I

#### Disposições Gerais

#### Artigo 1.º

#### Lei habilitante

O Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, é elaborado ao abrigo do disposto nos artigos 241º da Constituição da República Portuguesa, nos artigos 135º a 147º do Código do Procedimento Administrativo; nos artigos 14º, 20º e 21º do Regime financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovada pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação; no artigo 8º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, na redação dada pela Lei n.º 117/2009, de 29 de dezembro, que estabelece o regime jurídico da

Lei Geral Tributária; do Código de Procedimento e de Processo Tributário, consignado no Decreto-Lei n.º 388/98, de 17 de dezembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 15/2001, de 5 de junho; das alíneas b) e g) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea k) do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação; do disposto no n.º 1 do artigo 3.º e 116.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, por sua vez retificado pela Retificação n.º 46-A/2014, de 10 de novembro; do regime jurídico de regularização e alteração de atividades consignado no Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro e das atividades comerciais e de serviços previsto no Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro.

## Artigo 2.º

### Objeto

O Regulamento e Tabela das Taxas e Outras Receitas Municipais estabelece, nos termos da lei, a incidência, regime de isenções e reduções, quantitativos, fundamentação económico-financeira, bem como as disposições respeitantes à liquidação, cobrança e pagamento, a aplicar às relações jurídico tributárias geradoras da obrigação do pagamento de taxas, preços e licenças em toda a área do Município da Batalha.

## Artigo 3.º

Da fixação do valor e fundamentação económico-financeira das taxas

O valor das taxas constantes na Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, atento ao princípio da proporcionalidade, é fixado em função do:

- a) Custo da atividade pública local;
- b) Benefício auferido pelo particular/custo social suportado;
- c) Desincentivo e incentivo à prática de certos atos ou operações.

## Artigo 4.º

### Incidência objetiva

1. As taxas municipais incidem sobre utilidades prestadas aos particulares ou geradas pela atividade dos municípios, designadamente:

- a) Pela realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas gerais e locais;
- b) Pela concessão de licenças, prática de atos administrativos e satisfação administrativa de outras pretensões de carácter particular;
- c) Pela utilização e aproveitamento de bens do domínio público e privado municipal;
- d) Pela gestão de tráfego e de áreas de estacionamento;
- e) Pela gestão de equipamentos públicos de utilização coletiva;
- f) Pela prestação de serviços no domínio da prevenção de riscos e da proteção civil;
- g) Pelas atividades de promoção de finalidades sociais e de qualificação urbanística, territorial e ambiental;
- h) Pelas atividades de promoção do desenvolvimento e competitividade local e regional.

2— As taxas municipais podem também incidir sobre a realização de atividades dos particulares, geradoras de impacto ambiental negativo.

3 - A taxa pela realização das infraestruturas urbanísticas (TMRI) constitui a contrapartida devida ao Município pelos encargos inerentes ao investimento municipal na realização e manutenção das estruturas gerais e equipamentos, decorrentes da realização de operações urbanísticas de loteamento e construção.

## Artigo 5.º

### Incidência subjetiva das taxas

1 - O sujeito ativo da relação jurídico-tributária ge-

radora da obrigação de pagamento de taxas previstas na Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais é o Município da Batalha.

2 - O sujeito passivo é a pessoa singular ou coletiva e outras entidades legalmente equiparadas que, nos termos da presente lei e dos demais regulamentos municipais em vigor, está vinculado ao cumprimento da prestação tributária.

#### Artigo 6.º

##### Atualização das taxas

1- Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do presente artigo, os valores previstos na Tabela anexa são atualizados em sede de Orçamento Anual de acordo com o índice de preços no consumidor, sem habitação (período homólogo – outubro a setembro).  
2 - A Divisão Administrativa e Financeira procede à respetiva atualização no final de cada ano e dela dá conhecimento à Câmara Municipal.

3 - Sempre que a Câmara Municipal considere justificável, pode propor à Assembleia Municipal uma atualização extraordinária e/ou alteração total ou parcial da Tabela, acompanhada da respetiva fundamentação económico-financeira subjacente aos novos valores.

4 - Sem prejuízo do disposto nos números anteriores e tendo em vista garantir o respeito pelo princípio da equivalência jurídica, as taxas previstas no presente Regulamento são objeto de revisão periódica sempre que decorram cinco anos sobre o início da sua vigência.

5 - Os valores resultantes das atualizações referidas nos números anteriores são afixados nos lugares públicos de estilo, através de edital, para vigorarem no ano seguinte, assim como na página da Internet, no sítio [www.cm-batalha.pt](http://www.cm-batalha.pt).

6 - Os valores obtidos são arredondados para o cêntimo mais próximo por excesso se o terceiro algarismo depois da vírgula for igual ou superior a 5 e por defeito se inferior.

7 - Excetuam-se do disposto nos números anteriores as taxas e outras receitas municipais previstas na Tabela que resultem de quantitativos fixados por disposição legal, as quais são atualizadas de acordo com os coeficientes legalmente estabelecidos para as receitas do Estado e as fixadas por disposições contratuais, designadamente contratos de concessão e de prestação de serviços.

#### Artigo 7.º

##### Urgência

1- Os atestados, certidões, fotocópias e segundas-vias, podem ser requeridos com carácter de urgência.

2 - Os pedidos a que se refere o número anterior serão satisfeitos no prazo máximo de 3 dias, sendo no entanto, a taxa ou outra receita aplicável agravada para o seu dobro.

## CAPÍTULO II

### Liquidação das Taxas

#### Artigo 8.º

##### Liquidação

1 - A liquidação das taxas municipais previstas na Tabela consiste na determinação do montante a pagar e resulta da aplicação dos indicadores nela definidos e dos elementos fornecidos pelos interessados.

2 - Sem prejuízo do que especificamente para as diversas realidades sobre as quais incidem as taxas e outras receitas municipais estiver previsto, a liquidação pode operar-se nos seguintes momentos:

a) No ato de entrada do requerimento inicial do interessado, salvo se a lei ou regulamento dispuser em contrário;

b) Aquando da decisão do pedido do interessado, caso a lei ou o regulamento assim o disponha.

#### Artigo 9.º

Liquidação no âmbito do licenciamento zero e outros procedimentos tratados no «Balcão do Empreendedor»

1. O disposto no presente Regulamento nomeadamente em procedimento de liquidação e de notificação aplica-se aos procedimentos, no âmbito do Licenciamento zero, nos termos do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, das sucessivas alterações com as necessárias adaptações, do regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração, Decreto-Lei 10/2015, de 16 de janeiro, do regime jurídico do alojamento local, Decreto-Lei 128/2014, de 29 de agosto e outros regimes simplificados que venham a ser tratados no Balcão do Empreendedor.

2. A liquidação das taxas nos procedimentos tratados no «Balcão do Empreendedor» é efetuada na plataforma, salvo nos casos em que os elementos necessários para os pagamentos sejam disponibilizados pelo Município, no prazo de cinco dias após a comunicação ou o pedido:

a) Taxas devidas pelos procedimentos respeitantes a operações urbanísticas;

b) Taxas devidas pela ocupação do espaço público cujos elementos não resultem automaticamente do «Balcão do Empreendedor».

c) Outras taxas cujos elementos não resultem automaticamente do «Balcão do Empreendedor».

#### Artigo 10.º

##### Procedimento na liquidação

1 - A liquidação consta de documento próprio, designado por nota de liquidação, que faz parte integrante do respetivo processo administrativo ou, não sendo precedida de um processo, é feita no respetivo documento de cobrança.

2 - Os serviços que procedem à liquidação devem fazer referência, na nota de liquidação/documento de cobrança, aos seguintes elementos:

a) Identificação do sujeito ativo;

b) Identificação do sujeito passivo;

c) Discriminação do ato, facto ou contrato sujeito a liquidação;

d) Enquadramento na Tabela de Taxas;

e) Cálculo do montante a pagar.

3 - Com a liquidação das taxas municipais, o Município assegura também a liquidação e cobrança de impostos e taxas devidos ao Estado, resultantes de imposições legais.

#### Artigo 11.º

##### Notificação da liquidação

1 - As taxas e outras receitas municipais só são efetivamente devidas quando o interessado for notificado, por escrito, do ato de liquidação, salvo nos casos do pagamento de preparo previstos no artigo 29.º do presente Regulamento, cujo ato de liquidação pode ocorrer no momento do pedido/requerimento ou da decisão. Quando as disposições legais o obrigarem, a notificação é feita através de carta registada com aviso de receção.

2 - Da notificação da liquidação deve constar a decisão, os fundamentos de facto e de direito, os meios de defesa contra o ato de liquidação, o autor do ato e a menção da respetiva delegação ou subdelegação de competências, bem como o prazo de pagamento voluntário.

3 - A notificação considera-se efetuada na data em que for assinado o aviso de receção e tem-se por efetuada na própria pessoa do notificado.

4 - Quando o aviso de receção haja sido assinado por terceiro presente no domicílio do notificado, presume-se, neste caso, que a notificação foi entregue ao destinatário naquela data.

5 - A notificação é efetuada nos 15 dias seguintes à devolução, por nova carta, no caso do aviso de receção ser devolvido, pelo facto do destinatário se

ter recusado a recebê-lo, ou não o ter levantado no prazo previsto pelos serviços postais.

6 - Na situação referida no número anterior e não se comprovando que, entretanto, o requerente alterou o seu domicílio fiscal, presume-se a notificação, sem prejuízo do notificado poder provar justo impedimento ou a impossibilidade de comunicação da mudança de residência no prazo legal.

#### Artigo 12.º

Comunicação Prévia no âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE)

1. O pagamento das taxas para a realização de operações urbanísticas que obedçam ao procedimento da comunicação prévia, previsto nos artigos 34º e seguintes do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro (na redação dada pelo Decreto-Lei 136/2014, de 9 de setembro, por sua vez retificado pela Retificação n.º 46-A/2014, de 10 de novembro), faz-se por autoliquidação e deve ser pago no prazo de 60 dias, contados nos termos do nº 2 do artigo 11º do mesmo diploma.

2. Até à implementação do suporte informático que permita a autoliquidação, o município notificará ao interessado o valor em dívida.

#### Artigo 13.º

##### Autoliquidação

1. A autoliquidação das taxas ocorrerá sempre que tal seja determinado nos termos da lei específica.

2. Caso se venha a apurar que o montante liquidado e pago pelo requerente na sequência da autoliquidação é inferior ao valor efetivamente devido, o requerente será notificado do valor correto a pagar, bem como do prazo que dispõe para o fazer.

3. A falta do pagamento do valor referido no número anterior, dentro do prazo fixado é comunicado na notificação e tem por efeito a extinção do procedimento.

4. Caso se venha a verificar que o montante liquidado e pago seja superior ao efetivamente devido, é restituída a diferença após notificação ao interessado.

#### Artigo 14.º

##### Revisão do ato de liquidação

1 - Verificando-se que na liquidação das taxas e outras receitas municipais se cometeram erros ou omissões imputáveis aos serviços, pode haver lugar à revisão do ato de liquidação pelo respetivo serviço liquidador, oficiosamente ou por iniciativa do sujeito passivo, no prazo de caducidade estabelecido na lei geral tributária.

2 - A revisão de um ato de liquidação do qual resultou prejuízo para o Município obriga o serviço liquidador respetivo a promover de imediato a liquidação adicional oficiosa.

3 - O devedor é notificado, por carta registada com aviso de receção, para, no prazo máximo de 30 dias, pagar a diferença, sob pena de, não o fazendo, se proceder à cobrança coerciva através de processo de execução fiscal.

4 - Da notificação devem constar os fundamentos da liquidação adicional, o montante, o prazo para pagamento e ainda a advertência de que o não pagamento no prazo implica a cobrança coerciva, nos termos legais.

5 - O requerimento de revisão do ato de liquidação por iniciativa do sujeito passivo deve ser instruído com os elementos necessários à sua procedência.

6 - Sem prejuízo da responsabilidade contraordenacional a que haja lugar, sempre que o erro do ato de liquidação for da responsabilidade do próprio sujeito passivo, nomeadamente por falta ou inexactidão de declaração a cuja apresentação estivesse obrigado, nos termos das normas legais e regulamentares aplicáveis, é este responsável pelas despesas que a sua conduta tenha causado.

7 - Quando, por erro imputável aos serviços, tenha

sido liquidada e cobrada quantia superior à devida e não tenha decorrido o prazo de caducidade previsto na lei geral tributária sobre o pagamento, devem os serviços, independentemente de reclamação ou impugnação do interessado, promover de imediato a restituição oficiosa da quantia que foi paga indevidamente.

8 - Não há lugar a liquidação adicional ou a restituição oficiosa de quantias quando:

- o seu quantitativo seja igual ou inferior a 3,00 euros.
- a pedido do interessado, sejam introduzidas nos processos alterações ou modificações produtoras de taxa menor.

Artigo 15.º

Caducidade do direito de liquidação

O direito de liquidação das taxas caduca se este ato não for validamente notificada ao sujeito passivo no prazo de quatro anos a contar da data em que o facto tributário ocorreu.

## CAPÍTULO III

Do Pagamento e do Não Cumprimento

### SECÇÃO I

Do pagamento

Artigo 16.º

Pagamento

1 - Salvo nos casos expressamente permitidos, não pode ser praticado nenhum ato ou facto sem prévio pagamento das taxas, tarifas, licenças ou outras receitas municipais previstas na tabela anexa ao presente regulamento.

2 - As taxas, tarifas, licenças e outras receitas municipais devem ser pagas no próprio dia da emissão da guia de recebimento na tesouraria da Câmara Municipal.

3 - A competência prevista nos números anteriores pode ser delegada no Presidente da Câmara Municipal, com a faculdade de a subdelegar em vereador.

4 - A prática ou utilização de ato ou facto sem o prévio pagamento da respetiva receita municipal constitui facto ilícito sujeito a tributação e a execução fiscal, sem prejuízo da responsabilidade contraordenacional a que haja lugar.

Artigo 17.º

Prazos de pagamento

1 - Salvo disposição em contrário, o prazo para pagamento voluntário das taxas, tarifas, licenças e outras receitas municipais é de 30 dias a contar da notificação para pagamento ou emissão de fatura, efetuada pelos serviços competentes.

2 - Nos casos em que o ato ou facto já tenha sido praticado ou utilizado sem o necessário licenciamento ou autorização municipal, bem como nos casos de revisão do ato de liquidação que implique uma liquidação adicional, o prazo para pagamento voluntário é de 10 dias a contar da notificação para pagamento.

3 - Os prazos para pagamento são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados.

4 - O prazo que termine em sábado, domingo ou dia feriado transfere-se para o primeiro dia útil seguinte.

5 - A taxa respeitante aos serviços de saneamento e de resíduos sólidos urbanos a aplicar a não consumidores de água residentes no concelho da Batalha, é cobrada durante o mês de junho.

6 - A taxa respeitante aos serviços de saneamento e de resíduos sólidos urbanos a aplicar a não consumidores de água que sejam emigrantes com residência permanente fora do concelho, é cobrada durante o mês de junho, mediante a apresentação de documentos comprovativos que atestem a condição de emigrantes.

7 - A taxa respeitante aos serviços de saneamento e de resíduos sólidos urbanos a aplicar a consumido-

res de água que sejam emigrantes com residência permanente fora do concelho, é cobrada durante o mês de junho, mediante a apresentação de documentos comprovativos que atestem a condição de emigrantes, junto da concessionária Águas do Lena, S.A..

Artigo 18.º

Pagamento em prestações

1 - A Câmara Municipal pode autorizar, em razão das condições financeiras do requerente ou do interesse público, o pagamento em prestações das taxas e ou receitas municipais.

2 - A competência prevista no número anterior pode ser delegada no Presidente da Câmara Municipal, com a faculdade de a subdelegar em vereador.

3 - A autorização para o pagamento em prestações das taxas e ou outras receitas municipais deve ser sempre precedida de pedido escrito e fundamentado.

4 - A autorização de pagamento da taxa ou de preço em prestações deve ser fixada em prestações mensais, pelo prazo máximo de um ano.

5 - Em razão do agravamento das condições financeiras do requerente, a Câmara Municipal pode autorizar a prorrogação do prazo fixado nos termos do número anterior, até ao limite um ano.

6 - A falta de pagamento de qualquer prestação implica o vencimento imediato de todas as outras, assegurando-se a execução fiscal da dívida remanescente mediante a extração da respetiva certidão de dívida.

7 - A autorização do pagamento fracionado da taxa devida pela realização, reforço e manutenção das infraestruturas urbanísticas bem como das taxas devidas pela emissão dos alvarás de licenças de loteamentos, de obras de urbanização e de edificação está condicionada à prestação de caução, nos termos previstos no nº2 do artigo 117º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual.

### SECÇÃO II

Consequências do Não Pagamento

Artigo 19.º

Cobrança coerciva

1 - Consideram-se em débito todas as taxas, tarifas, licenças e outras receitas municipais relativamente às quais o contribuinte usufruiu do facto, do serviço ou do benefício sem o respetivo pagamento.

2 - Findo o prazo de pagamento voluntário das taxas, tarifas, licenças e outras receitas municipais não pagas, e que constituam débitos ao Município, começam a vencer-se juros de mora à taxa legal em vigor.

3 - O não pagamento das taxas, tarifas, licenças e outras receitas municipais referidas nos números anteriores implica a extração das respetivas certidões de dívida e o seu envio aos serviços competentes, para efeitos de execução fiscal.

4 - Para além da cobrança coerciva em sede de execução fiscal, o não pagamento das taxas referentes a licenças renováveis implica a não renovação destas para o período imediatamente consequente.

Artigo 20.º

Extinção do procedimento

1 - Sem prejuízo do disposto no número seguinte e salvo disposição em contrário, o não pagamento das taxas, tarifas, licenças e outras receitas municipais no prazo estabelecido para o efeito implica a extinção do procedimento e/ou do direito.

2 - O utente poderá obstar à extinção, após o termo do prazo de pagamento respetivo, desde que:

- Efetue o pagamento da quantia liquidada, acrescida de 10%, nos 10 dias seguintes;
- Ou efetue o pagamento da quantia liquidada, acrescida de 20%, até ao máximo de 30 dias seguintes.

## Capítulo IV

Das Isenções

Artigo 21.º

Competência

Salvo disposição legal ou regulamentar diversa, e sem prejuízo de eventual delegação no Presidente da Câmara, compete à Câmara Municipal deliberar sobre as dispensas totais e parciais de pagamento das taxas municipais.

Artigo 22.º

Isenções

1 - Estão isentos do pagamento das taxas municipais que o presente Regulamento estabelece, as pessoas singulares, instituições e organismos que beneficiem de isenção por preceito legal ou regulamentar.

2 - Estão igualmente isentas de taxas municipais:

- As Freguesias do Concelho;
- As Empresas Municipais instituídas pelo Município;
- As Fundações e Associações instituídas pelo Município,

3 - A Câmara Municipal pode ainda atribuir reduções e outras isenções nos termos do estatuído no artigo 23.º do presente Regulamento.

Artigo 23.º

Reduções e/ou outras isenções

1 - Sem prejuízo de regime especificamente previsto para cada taxa ou outras receitas municipais, prevê-se a existência de reduções ou isenções do pagamento das respetivas taxas municipais:

- Às pessoas singulares ou coletivas em caso de insuficiência económica devidamente demonstrada. No caso das pessoas singulares, o reconhecimento da situação de carência económica é confirmada pelo Gabinete de Desenvolvimento Social que instrui o processo para o efeito;
- Às instituições particulares de solidariedade social, associações religiosas, as comissões fabriqueiras de igrejas e capelas, associações desportivas, recreativas, culturais e sociais sem fins lucrativos, relativamente aos atos e factos diretamente relacionados com o seu objeto social e quando a sua sede se situe no Município da Batalha;
- Estabelecimentos de ensino sob a responsabilidade da Câmara Municipal;
- Às pessoas coletivas legalmente constituídas, relativamente aos atos e aos factos devidamente fundamentados pelas requerentes, que se destinem à prossecução de atividades de relevante interesse público municipal e no âmbito dos respetivos fins estatutários.

2 - A Câmara Municipal pode conceder uma redução até 20% das taxas ou de outras receitas municipais, às pessoas singulares que demonstrem um agregado familiar numeroso (constituído por três ou mais filhos), desde que o rendimento per-capita não seja superior ao valor da pensão social em vigor.

3 - A Câmara Municipal pode igualmente conceder redução ou isenção do pagamento de taxas inerentes à edificação de habitação, com exceção da Taxa de Reforço e Manutenção de Infraestruturas (TMRI), desde que reunidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- Se destine a habitação própria e permanente, por período não inferior a 5 anos a contar da data de emissão da autorização de utilização;
  - Se destine a jovens casais cuja soma de idades não exceda 60 anos, ou a indivíduos com idade compreendida entre os 18 e os 30 anos;
  - Cuja habitação não tenha dimensão superior a 250 m<sup>2</sup> de área de construção;
  - Cujos rendimentos mensais ilíquidos per-capita comprovados à data do requerimento, sejam inferiores a duas vezes o Indexante de Apoios Sociais (IAS).
- 4 - Para efeitos da alínea b) do número anterior, a contagem do limite da(s) idade(s) é considerada a

partir da data do levantamento da licença ou do pagamento da comunicação prévia.

5 - Para efeitos de verificação da área de construção prevista na alínea c) do número 3, o valor expresso em m<sup>2</sup> é resultante do somatório das áreas de todos os pavimentos acima e abaixo do solo, medidos pelo extradorso das paredes exteriores, com exclusão das áreas destinadas a estacionamento.

6- A Câmara Municipal pode conceder redução ou isenção de taxas para a construção de muros, mediante a cedência de terreno para efeitos de beneficiação da via pública.

7 - A Câmara Municipal pode ainda conceder redução ou isenção do pagamento de taxas a suportar na recuperação de edifícios antigos com mais de 30 anos, e/ou que se encontrem em estado de ruína, desde que se localizem em solo urbano, assim classificado no Plano Diretor Municipal (PDM).

8 - Os portadores do Cartão de Idoso Municipal têm 50% de desconto no ramal de ligação de saneamento.

9- Os portadores do Cartão Jovem Municipal têm 30% de desconto no ramal de ligação de saneamento.

10 - Em casos excecionais e devidamente justificados, poderá a Câmara Municipal reduzir ou isentar o valor a cobrar pelo restabelecimento da ligação de água a requerimento do interessado(a), devidamente fundamentado e circunstanciado das razões que levaram ao corte do abastecimento de água.

11 - Desde que previstas em regulamentação própria a aprovar pelos órgãos autárquicos, podem ser aplicadas outras reduções e/ou isenções de taxas constantes na tabela que faz parte integrante do presente Regulamento.

12 - Pode haver lugar à redução ou isenção do pagamento de taxas municipais relativamente a eventos e obras de manifesto e relevante interesse municipal mediante deliberação da Câmara Municipal, sob proposta devidamente fundamentada.

13 - As isenções e reduções referidas nos números anteriores são concedidas por deliberação da Câmara Municipal, mediante requerimento dos interessados e comprovação dos requisitos exigidos para a sua concessão, e não dispensam as respectivas licenças e/ou autorizações, quando devidas, nos termos da lei ou de regulamento municipal.

14 - A competência referida no número anterior pode ser delegada no Presidente da Câmara, com faculdade de subdelegação nos vereadores.

15 - Não é permitida a acumulação dos incentivos mencionados neste artigo.

16 - A Câmara Municipal pode ainda conceder redução ou isenção do pagamento de taxas a suportar na reabilitação de edifícios, para imóveis objeto de ações de reabilitação iniciadas após 1 de Janeiro de 2008, e que se encontrem concluídas até 31 de Dezembro de 2020, abrangidos por áreas de Reabilitação Urbana, nos termos aprovados na respetiva delimitação das referidas áreas e divulgado na respetiva página de internet do Município.

## CAPÍTULO V

### Das licenças e Autorizações

#### Artigo 24.º

##### Emissão

1 - Na sequência do deferimento do pedido de licenciamento e mediante o pagamento das taxas, os serviços municipais asseguram a emissão da licença respetiva, na qual deve constar:

- A identificação do titular, com indicação de nome, morada ou sede e número de identificação fiscal;
- O objeto do licenciamento, sua localização e características;
- As condições impostas no licenciamento;
- A validade da licença;
- A identificação do serviço municipal emissor.

2 - O período referido no respetivo licenciamento pode reportar-se ao dia, semana, mês ou ano de-

terminado em função do respetivo calendário.

#### Artigo 25.º

##### Das licenças renováveis

1 - Salvo disposição em contrário, as licenças anuais são automaticamente renováveis, devendo o pagamento das respetivas taxas ser efetuado até ao dia 31 de março de cada ano.

2 - Salvo disposição em contrário, as licenças mensais são automaticamente renováveis, devendo o pagamento das respetivas taxas ser efetuado até ao último dia do mês.

3 - O pagamento das licenças renováveis faz-se, salvo se outro prazo resultar da lei ou de regulamentação específica, nos seguintes prazos:

- Licenças superiores a um ano – data de emissão da respetiva licença;
  - Licenças anuais – de 2 de janeiro a 31 de março;
  - Licenças/autorizações mensais – nos primeiros 10 dias de cada mês.
- 4 – Podem ser fixados prazos de pagamento diferentes para as autorizações da ocupação precária de bens de domínio público ou privado a fixar no respetivo contrato ou documento que a titule.

#### Artigo 26.º

##### Precariedade das licenças

1 - Todas as licenças concedidas são consideradas precárias, podendo a Câmara Municipal, por motivo de interesse público, devidamente fundamentado, revogá-las a todo o tempo, sem necessidade de qualquer indemnização, mediante a notificação ao respetivo titular ou representante, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, sendo a taxa correspondente ao período não utilizado restituída.

2 - Excetuam-se do disposto no número anterior as licenças que, nos termos da lei, não sejam consideradas precárias, nomeadamente, as constantes no capítulo das Operações Urbanísticas.

#### Artigo 27.º

##### Cessação das licenças e autorizações

As licenças e autorizações emitidas cessam nas seguintes situações:

- A pedido expresso dos seus titulares;
- Por decisão do Município quando exista motivo de interesse público e desde que devidamente fundamentado;
- Por caducidade, uma vez expirado o prazo de validade das mesmas;
- Por incumprimento das condições impostas no licenciamento;
- Por qualquer outro motivo previsto em norma legal ou regulamentar.

#### Artigo 28.º

##### Averbamento

1 - Os pedidos de averbamento do titular da licença ou autorização devem ser apresentados no prazo de 30 dias a contar da verificação dos factos que o justifiquem, sob pena de procedimento por falta de licença ou autorização.

2- São aceites pedidos de averbamento fora do prazo previsto no número 1, mediante o pagamento do adicional de 25% sobre a taxa respetiva.

## CAPÍTULO VI

### SEÇÃO I

#### Pagamento de Preparo

##### Artigo 29.º

##### Preparo

1 - Sem prejuízo das isenções e reduções previstas no artigo 19.º do presente Regulamento, a instrução dos atos e operações de natureza administrativa a praticar no âmbito das operações urbanísticas, estão sujeitos ao pagamento de um preparo do valor abaixo indicado, a cobrar no ato de instrução do pedido de licenciamento, autorização, ou de

comunicação prévia, para análise e apreciação dos elementos entregues, paga aquando da apresentação do requerimento inicial, nos seguintes termos:

Instrução de um pedido de licenciamento:	
- Loteamentos com ou sem obras de urbanização	- €100,00
- Obras de Urbanização	- €75,00
- Remodelação de Terrenos	- €25,00
- Obras de edificação de moradias unifamiliares	- €50,00
- Outras obras de edificação	- €15,00 (por unidade de ocupação)
- Alteração de utilização	- €15,00 (por unidade de ocupação)
Instrução de um pedido de autorização:	
- Utilização de moradias unifamiliares	- €10,00
- Utilização para outros fins	- €10,00 (por unidade de ocupação)
- Instrução do pedido de realização de vistorias em geral	- € 25,00
- Instrução do pedido de realização de vistorias para efeitos de receção provisória das obras de urbanização	- € 50,00
- Instrução do pedido de realização de vistorias para efeitos de receção definitiva das obras de urbanização	- € 50,00

2 - O montante pago no ato de apresentação do requerimento inicial é descontado no ato da liquidação da taxa correspondente ao ato do licenciamento, autorização, de comunicação prévia ou emissão de certidão.

3 - Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, e em conjugação com o disposto no n.º 2 do artigo 8.º, a correção de processos com despacho de aperfeiçoamento do pedido por falta de elemento instrutório exigível, ou seja, ausência de documentos previstos em diploma legal, está sujeita ao pagamento da taxa de €10,00, paga aquando da apresentação do requerimento em que são entregues os elementos em falta ou a correção dos elementos inicialmente apresentados.

4 - Em caso de rejeição liminar, indeferimento, caducidade, deserção ou desistência do processo por causa imputável ao requerente, não há lugar ao abatimento ou à devolução do preparo.

## SEÇÃO II

### Taxa pela Realização, Manutenção e Reforço de Infraestruturas Urbanísticas (TMRI)

#### Artigo 30.º

Taxa devida pela realização, reforço e manutenção de Infraestruturas Urbanísticas (TMRI)

A taxa pela realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas (TMRI) é fixada em função do custo de infraestruturas, tendo por base a execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) do Município, dos usos e localização das edificações, de acordo com o cadastro do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI), assim como da área total do Concelho, traduzida na seguinte fórmula:  $TMRI = [Ac \times (PPI/S) \times PrMc \times CoefLi \times TCinc] \times 0,9$  em que,

TMRI- Valor da Taxa.

Ac – área de construção nova ou ampliada (em metros quadrados);

PPI – Montante da Execução Orçamental do Plano Plurianual de Investimentos (PPI), com base na média dos últimos 5 anos económicos, excluindo o maior e o menor valor reportado ao exercício económico de 2014, nos Programas (funcionais):

242 – Ordenamento do Território;

243 – Saneamento;

244 – Abastecimento de Água;

246 – Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza (excluídos os projetos dos cemitérios);

331 – Transportes Rodoviários (Rede Viária).

S – Área do município da Batalha = 103 410 000 m<sup>2</sup>;  
PrMc - Coeficiente que traduz a influência da utilização e da localização geográfica diferenciada na operação urbanística. O coeficiente resulta do valor base dos prédios edificados (vc) por aplicação do Art.º 39º do Código do IMI, assumindo-se o valor anual publicado em Portaria pelo Ministério das Finanças e da Administração Pública para o ano em referência.

CoefLi – Coeficiente de Localização extraído a par-

tir do Sistema de Tributação do Património - Imposto Municipal sobre Imóveis (SIGIMI), constante na base de dados do Ministério das Finanças, no endereço electrónico <http://www.e-financas.gov.pt/SIGIMI/default.jsp> para cada zona e lugar geográfico do Concelho da Batalha, ou outro endereço que o venha a substituir.  
TCinc – Coeficiente que traduz o incentivo de acordo com os escalões referidos no artigo seguinte.

**Artigo 31.º Revogado**  
**Reduções**

1 – A taxa devida pela realização, reforço e manutenção de infraestruturas urbanísticas (TMRI) em obras de construção ou ampliação destinadas a moradias unifamiliares, é reduzida em 90%.  
2 – No caso de obras de construção ou ampliação de unidades industriais, a taxa devida pela realização, reforço e manutenção de infraestruturas urbanísticas (TMRI) deve ser reduzida em 90% (não aplicável aos edifícios destinados a armazéns não afetos à indústria).  
3 – Em obras de construção ou ampliação de atividades económicas (não industriais), a taxa devida pela realização, reforço e manutenção de infraestruturas urbanísticas (TMRI) deve ser reduzida em 90%.

**SEÇÃO III**  
**Compensações**  
**Artigo 32.º**

Cálculo do valor da compensação em numerário pela não cedência de áreas destinadas a utilização coletiva

Para os efeitos previstos nos artigos 137.º e 138.º do Regulamento Municipal de Operações Urbanísticas, a compensação pela não cedência de áreas destinadas a utilização coletiva em operações de loteamentos, operações com impacto relevante e operações geradoras de impacto semelhante a loteamento, é calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$CMP = PrMc \times TxT \times CoefLi \times Ac \times TCinc$$

Em que,

Ac – Área de cedência em falta (em metros quadrados);

PrMc - Coeficiente que traduz a influência da utilização e da localização geográfica diferenciada na operação urbanística. O coeficiente resulta do valor base dos prédios edificados (vc) por aplicação do Art.º 39.º do Código do IML, assumindo-se o valor anual publicado em Portaria pelo Ministério das Finanças e da Administração Pública para o ano em referência.

CoefLi – Coeficiente de Localização extraído a partir do Sistema de Tributação do Património - Imposto Municipal sobre Imóveis (SIGIMI), constante na base de dados do Ministério das Finanças, no endereço electrónico <http://www.e-financas.gov.pt/SIGIMI/default.jsp> para cada zona e lugar geográfico do Concelho da Batalha, ou outro endereço que o venha a substituir.

TxT – Coeficiente de imputação do valor do terreno calculado sobre o PrMc, percentagem considerada na base de dados do Ministério das Finanças, no endereço electrónico <http://www.e-financas.gov.pt/SIGIMI/default.jsp> para cada zona e lugar geográfico do Concelho da Batalha, ou outro endereço que o venha a substituir.

Tcinc – Coeficiente que traduz o incentivo de acordo com os escalões referidos no artigo seguinte.

**Artigo 33.º**

Reduções do valor da compensação em numerário nos loteamentos, operações de impacto relevante e operações geradoras de impacto semelhante a loteamento

1-Em edifícios destinados a habitação coletiva é re-

duzido o valor da compensação em 60%;  
2-Nas unidades de ocupação (atividades económicas), é reduzido o valor da compensação em 50%;

**CAPÍTULO VII**  
**Contraordenações e Garantias Fiscais**  
**SEÇÃO I**

**Das Contraordenações**  
**Artigo 34.º**  
**Contraordenações**

1 - As infrações ao disposto no presente Regulamento e Tabela anexa, e desde que não previstas em lei especial, constituem contraordenações previstas e puníveis nos termos legais em vigor.

2 - A competência para determinar a instauração dos processos de contraordenação, para designar o instrutor e para a aplicação das coimas pertence ao Presidente da Câmara, podendo ser delegada em qualquer membro do executivo.

3 - Constituem contraordenações:

- a) A prática ou utilização de direito, ato ou facto sujeito a pagamento das taxas, tarifas, licenças e outras receitas municipais, sem a sua prévia liquidação, salvo nos casos expressamente permitidos;
- b) A inexistência ou falsidade dos elementos fornecidos pelos interessados para liquidação das taxas, tarifas, licenças e outras receitas municipais.

4 - As contraordenações previstas no número anterior são puníveis com coima a graduar nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na sua atual redação.

**SEÇÃO II**  
**Das garantias fiscais**  
**Artigo 35.º**  
**Garantias fiscais**

1 - À reclamação graciosa ou impugnação judicial da liquidação e cobrança de taxas e demais receitas de natureza fiscal, previstas no presente Regulamento e Tabela anexa, aplicam-se as normas do Código de Procedimento e de Processo Tributário, com as necessárias adaptações.

2 - Compete à Câmara Municipal a cobrança coerciva das dívidas ao Município provenientes de taxas e demais receitas de natureza tributária, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o Código de Procedimento e de Processo Tributário.

**CAPÍTULO VIII**  
**Disposições Finais e Complementares**  
**Artigo 36.º**

**Restituição de documentos**

1 - Sempre que possível, a comprovação de declarações ou de factos faz-se pela simples exibição de documentos, os quais, após anotação ou confirmação dos dados deles constantes, são restituídos aos interessados ou aos seus representantes.

2 - Nos casos em que a análise dos processos torne indispensável a permanência temporária de documentos probatório, podem estes, depois de decorridos os prazos de recurso contencioso a eles inerentes, ser devolvidos, mediante solicitação, ainda que verbal, e contra recibo do interessado.

3 - Só são retidos os documentos que permanentemente sejam necessários nos processos.

**Artigo 37.º**  
**Outras taxas e receitas municipais**

Sob proposta da Câmara Municipal e respetiva autorização da Assembleia Municipal, podem ser criadas taxas e/ou outras receitas não previstas no presente Regulamento, do qual passam a fazer parte integrante, após as respetivas aprovações e publicações.

**Artigo 38.º**  
**Dúvidas e omissões**

Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na inter-

pretação e aplicação do presente Regulamento, que não possam ser resolvidas pelo recurso aos critérios legais de interpretação e integração de lacunas, são submetidas a decisão dos órgãos municipais competentes.

**Artigo 39.º**  
**Prazos**

Os prazos previstos no presente Regulamento e Tabela anexa contam-se nos termos do Código do Procedimento Administrativo, salvo disposição legal ou regulamentar expressa em contrário.

**Artigo 40.º**  
**Norma revogatória**

Ficam revogadas todas as disposições regulamentares, bem como todas as tabelas de taxas e licenças aprovadas pelo Município da Batalha que entrem em contradição com o presente regulamento.

**Artigo 41.º**  
**Entrada em vigor**

O presente Regulamento e Tabela de Taxas, Licenças e Outras Receitas Municipais entra em vigor no dia a seguir à sua publicação na 2.ª Série do Diário da República e revoga qualquer outro que não esteja conforme às normas e princípios nele contidos.

**Título II**  
**TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS**  
**CAPÍTULO I**  
**Administração Geral**

**Prestação de Serviços Administrativos**

**Artigo 1º**

Serviços Administrativos - Cartões		Valor
1	Cartão Municipal do Idoso	2,96
2	Cartão Jovem e respetivas renovações	2,96
3	Cartão Jovem Municipal e respetivas renovações	2,96
4	Passes Escolares	-
4.1	Emitidos pela concessionária (valor do passe a definir anualmente)	7,00
4.2	Emitidos pelo Município:	-
4.2.1	Até ao 9º ano de escolaridade	2,96
4.2.2	Do 10º ao 12º ano de escolaridade	2,96
4.3	Segundas Vias	2,96
5	Cartão de Leitor (Biblioteca)	-
5.1	Segunda Via	1,29

Nota: A estes valores acresce IVA à taxa legal em vigor.

**Artigo 2º**

Serviços Administrativos Diversos		Valor
1	Alvarás não especialmente contemplados na presente tabela.	19,23
2	Atestados, documentos análogos e suas confirmações, por cada	19,23
3	Autos, inquéritos administrativos ou termos de qualquer espécie, por cada	1,51
4	Averbamentos de qualquer natureza, não especialmente previstos, por cada	1,51
5	Certificado de Registo de Residência de Cidadãos da União Europeia. (Por aplicação do disposto na Lei n.º 37/2006, de 9 de agosto e Portaria n.º 1334-D/2010.)	Valor fixado por entidade externa
6	Afixações de editais relativos a pretensões que não sejam de interesse público	16,34
7	Declarações	21,02

**Artigo 3º**

Fotocópias, peças desenhadas e suportes digitais		Valor
1	Impressão/cópia de plantas em P/B	-
1.1	A4	0,27
1.2	A3	0,31
1.3	Outros formatos	1,57
2	Impressão de plantas a cores.	-
2.1	A4	0,30
2.2	A3	0,37
3	Cartografia:	-
3.1	Impressão de plantas em P/B	4,26
3.2	Impressão de plantas a cores	4,49
4	Informação Digital	-
4.1	Em formato de imagem	6,07
4.1.1	Acresce por registo	0,79
4.2	Em formato vetorial	4,93
4.2.1	Acresce por registo	1,45
4.3	Em formato shapefile	6,07
4.3.1	Acresce por registo	2,62
5	Fotocópias autenticadas:	-
5.1	Por cada lauda (A4)	1,27
5.2	Por cada lauda (A3)	1,31
6	Fornecimento CD's	1,09











Por C/d Metro que supere	23.3069
Os 15 mt	
Ramais de Ø 1 1/2	
Até 3 mt	372.0943
Até 5 mt	418.6413
Até 8 mt	465.0358
Até 10 mt	511.5652
Até 15 mt	558.0634
Por C/d Metro que supere	27.9710
Os 15 mt	
Execução de marco de ramal	46.5558
Execução de caixa de contador	46.5558

Nota: A estes valores acresce IVA à taxa legal em vigor.

## DESPACHO N.º 13/2016/G.A.P

ALIENAÇÃO EM HASTA PÚBLICA DE VIATURAS USADAS, VIATURAS PARA SUCATA E SUCATA DIVERSA - ADJUDICAÇÃO DOS LOTES 3, 4 E 6

Considerando que,

No passado dia 14 de junho, foi realizado procedimento concursal, por hasta pública, para a alienação de seis lotes, numerados de 1 a 6, constituídos por viaturas usadas, viaturas para sucata e sucata diversa, nos termos e condições definidos no Edital n.º 15/2016/GAP de 12/04/2016, que aprovou as regras e os procedimentos inerentes à realização da Hasta Pública, afixado nos lugares de estilo e inserido no sítio eletrónico do Município da Batalha, bem como por anúncio publicado no Jornal Diário de Leira, de 13/05/2016;

Apenas foram licitados os lotes 3, 4 e 6, os quais foram provisoriamente adjudicados à sociedade Moisés Monteiro - Comércio de Sucata, Unipessoal, Lda., pelo valor de €250,00 (duzentos e cinquenta euros), €1.600,00 (mil e seiscentos euros) e € 7.100,00 (sete mil e cem euros), respetivamente, em cumprimento das condições gerais e particulares inerentes ao concurso melhor identificado em epígrafe, atento o exposto no ponto 14 do referido Edital, tendo sido elaborados os respetivos autos de arrematação;

A sociedade Moisés Monteiro - Comércio de Sucata, Unipessoal, Lda., já procedeu ao pagamento do valor da adjudicação provisória dos lotes 3 e 6, no montante total de 9.040,50€ (nove mil e quarenta euros e cinquenta cêntimos), através da guia de receita n.º 02/174 de 14/06/2016, assim como do lote 4, no valor de 1.600,00€ (mil e seiscentos euros), através da guia de receita n.º 02/173 de 14/06/2016, nos termos estatuídos no ponto 4 do Edital n.º 15/2016/GAP, de 12/04/2016;

São razões por que, ao abrigo do disposto nos pontos 5 e 15 do Edital n.º 15/2016/GAP, de 12/04/2016,

DETERMINO:

Adjudicar definitivamente os lotes 3, 4 e 6 à sociedade Moisés Monteiro - Comércio de Sucata, Unipessoal, Lda., notificando a mesma para, no prazo de 10 dias úteis, proceder à retirada dos bens que constituem os referidos lotes, localizados nas instalações do Município da Batalha – Armazéns Municipais, sítios na Rua da Saudade, em Jardoeira, Batalha, sendo da responsabilidade do adjudicatário o seu carregamento, remoção e transporte.

Paços do Concelho da Batalha, 21 de junho de 2016

O Presidente Câmara Municipal da Batalha,  
a) Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos.

## DESPACHO N.º 14/2016/G.A.P

Considerando que,

Decorreram os trâmites do procedimento concursal para provimento de um cargo de Chefe de Divisão do Ordenamento do Território e de Obras Municipais, publicado no Diário da República, IIª Série, nº 52, de 15 de março de 2016 e BEP –

OE201603/0215;

Na avaliação curricular demonstrou reunir todos os requisitos pretendidos;

Em relação à entrevista profissional de seleção, revelou possuir desenvolvidas capacidades de análise, de síntese e abordagem profunda das questões que lhe foram colocadas. Acresce que quando confrontado com questões relacionadas com motivação, o candidato demonstrou possuir aptidão para dirigir e coordenar toda a atividade e serviços da unidade orgânica de Ordenamento do Território e Obras Municipais. Revelou ainda boa capacidade de relacionamento, facilidade de expressão e fluências verbais, através de intervenções oportunas, pelo que demonstra o perfil e a experiência adequados ao desenvolvimento do cargo a prover, na qualidade de Chefe de Divisão;

O Júri deliberou propor a nomeação do candidato Rui Manuel Gouveia Dias Ferreira, classificado em primeiro lugar, por reunir todas as condições para o exercício do respetivo cargo;

Nomeio, nos termos do artigo nº 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações da Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto e no uso das competências que me são conferidas pelo disposto no artigo 35.º n.º 2 alínea a), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e art.º 15º do Decreto-Lei nº 93/2004, de 20 de abril, para o lugar de Chefe de Divisão de Ordenamento do Território e Obras Municipais, pelo período de três anos, renovável por igual período de tempo, com efeitos a 01 de julho de 2016, o candidato Rui Manuel Gouveia Dias Ferreira.

Paços do Concelho da Batalha, 23 de junho de 2016

O Presidente Câmara Municipal da Batalha,  
a) Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos.

## EDITAL N.º 20/2016/G.A.P.

PAULO JORGE FRAZÃO BATISTA DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal da Batalha:

FAZ PÚBLICO, para os fins tidos por convenientes e em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 56.º do anexo I, à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que as deliberações tomadas na Reunião de Câmara de 23 de maio de 2016 poderão ser consultadas pelos interessados, durante cinco dias após a afixação do presente edital.

Paços do Concelho da Batalha, 02 de junho de 2016

O Presidente Câmara Municipal da Batalha,  
a) Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos.

## EDITAL N.º 21/2016/G.A.P.

PAULO JORGE FRAZÃO BATISTA DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal da Batalha:

FAZ PÚBLICO, para os fins tidos por convenientes e em cumprimento do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 41.º e n.º 3 do artigo 49.º, ambos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que o Executivo irá realizar uma reunião pública extraordinária, no próximo dia 13 de junho (segunda-feira), pelas 10.00 horas, na Sala de Sessões do Município da Batalha, com a seguinte ordem de trabalhos:  
Apreciação e votação do Projeto de Regulamento de Utilização de Cedência das Viaturas Municipais da Transporte Coletivo do Município da Batalha;  
Apreciação e votação da Proposta de Regulamento de Utilização Equipamentos Desportivos Municipais;

Apreciação e votação da Alteração/Revisão ao Regulamento das Piscinas Municipais da Batalha;  
Apreciação e votação do Regulamento de Ocupação de Espaço Público e Publicidade no Município da Batalha;  
Apreciação e votação do Regulamento Municipal de Infraestruturas em Espaço Público;  
Apreciação e votação das contas consolidadas – ano 2015 - Grupo Autárquico composto pelo Município da Batalha e Iserbatalha, E.M.;  
Apreciação e votação da alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais publicado em D.R. II.ª Série de 02 de novembro de 2015;  
Permuta de terreno particular e terreno da Câmara Municipal da Batalha, sito em Arrufeira, Batalha.

Paços do Concelho da Batalha, 07 de junho de 2016

O Presidente Câmara Municipal da Batalha,  
a) Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos.

## EDITAL N.º 22/2016/G.A.P.

PAULO JORGE FRAZÃO BATISTA DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal da Batalha:

FAZ PÚBLICO, para os fins tidos por convenientes e em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 56.º do anexo I, à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que as deliberações tomadas na Reunião de Câmara de 06 de junho de 2016 poderão ser consultadas pelos interessados, durante cinco dias após a afixação do presente edital.

Paços do Concelho da Batalha, 16 de junho de 2016

O Presidente Câmara Municipal da Batalha,  
a) Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos.

## EDITAL N.º 23/2016/G.A.P.

PAULO JORGE FRAZÃO BATISTA DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal da Batalha:

FAZ PÚBLICO, para os fins tidos por convenientes e em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 56.º do anexo I, à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que as deliberações tomadas na Reunião de Câmara de 13 de junho de 2016 poderão ser consultadas pelos interessados, durante cinco dias após a afixação do presente edital.

Paços do Concelho da Batalha, 20 de junho de 2016

O Presidente Câmara Municipal da Batalha,  
a) Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos.

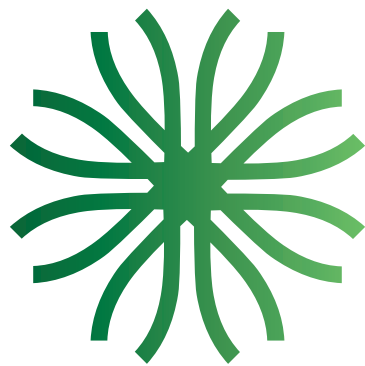
## EDITAL N.º 24/2016/G.A.P.

PAULO JORGE FRAZÃO BATISTA DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal da Batalha:

FAZ PÚBLICO, para os fins tidos por convenientes e em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 56.º do anexo I, à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que as deliberações tomadas na Reunião de Câmara de 20 de junho de 2016 poderão ser consultadas pelos interessados, durante cinco dias após a afixação do presente edital.

Paços do Concelho da Batalha, 30 de junho de 2016

O Presidente Câmara Municipal da Batalha,  
a) Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos.



**BATALHA**  
MUNICÍPIO